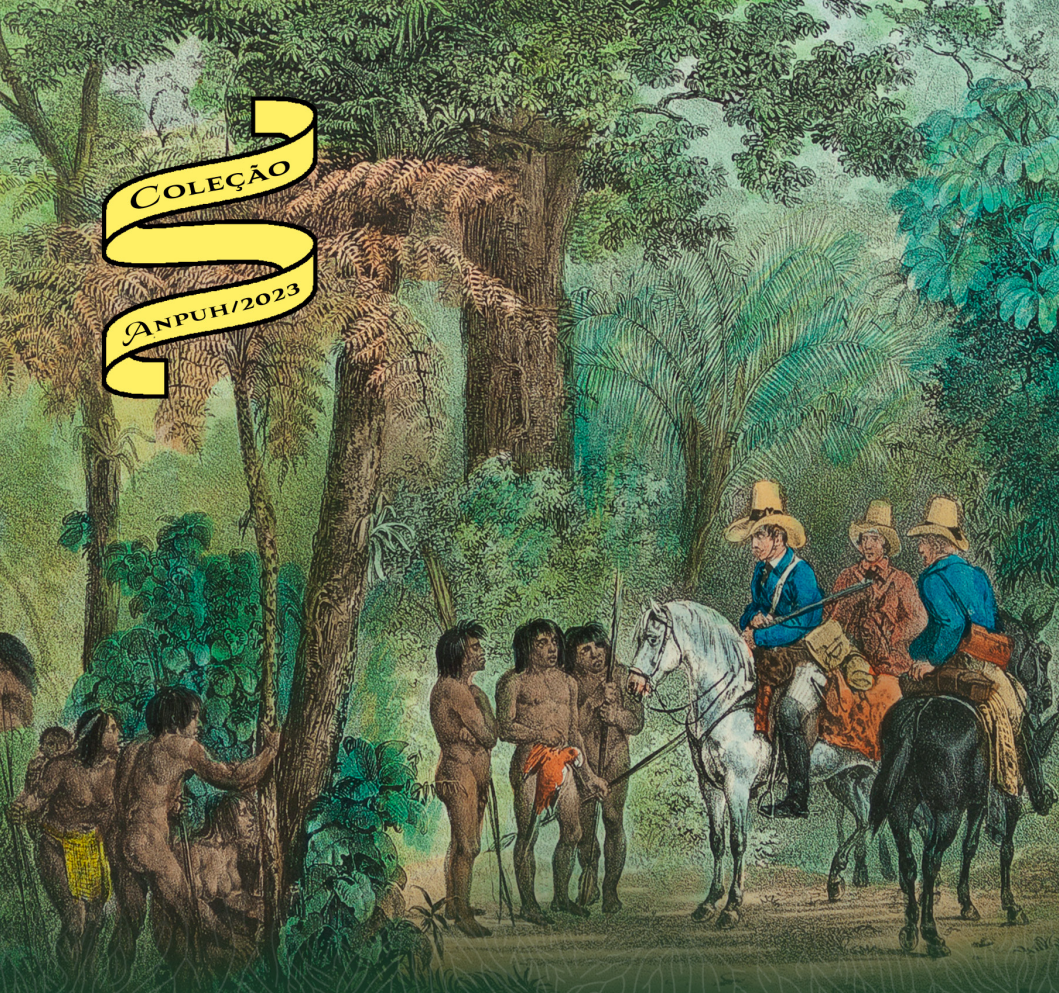


COLEÇÃO
ANPUH/2023



ANDERSON CLAYTON FONSECA TAVARES
DANIEL DA SILVA MIRANDA (ORGS.)

.....

VIAJANTES, MISSIONÁRIOS E NATURALISTAS NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA

Editora
CABANA

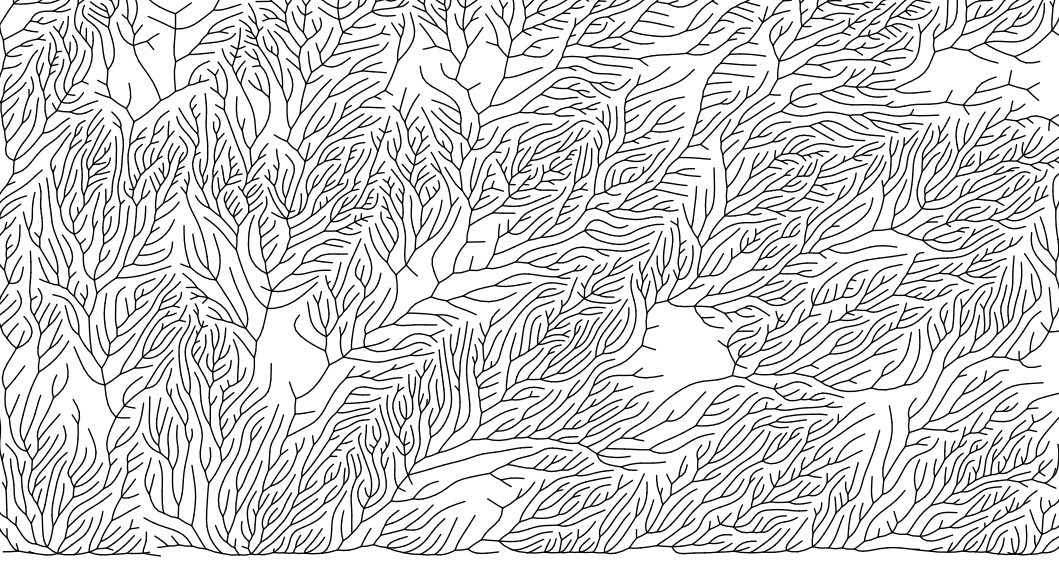
ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

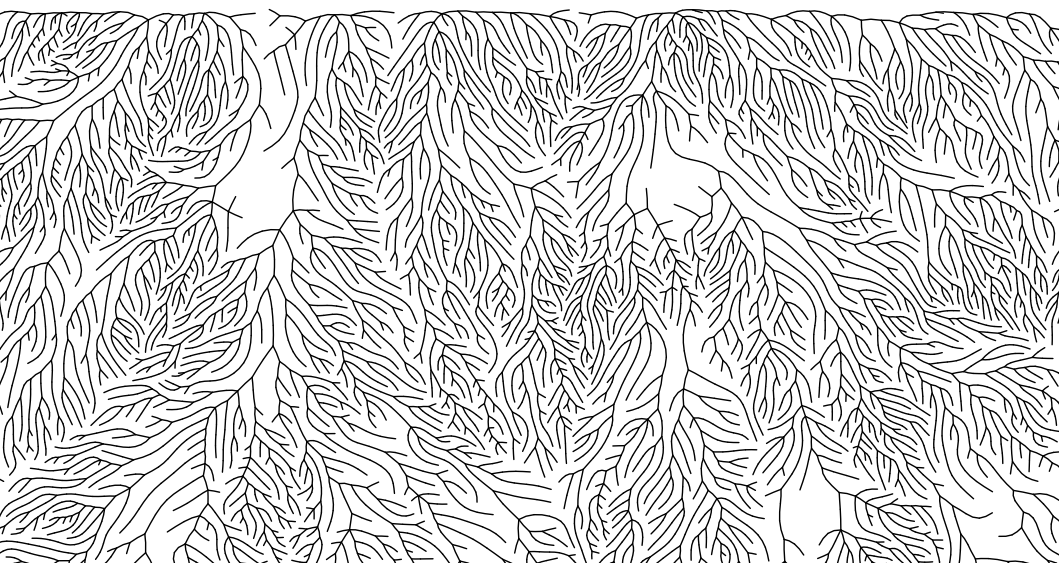


XIII

**ENCONTRO
DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PA**



**VIAJANTES, MISSIONÁRIOS
E NATURALISTAS NA
AMAZÔNIA OITOCENTISTA**



TÚLIO AUGUSTO PINHO DE
VASCONCELOS CHAVES (ORG.)

COLEÇÃO
ANPUH/2023

VIAJANTES, MISSIONÁRIOS E NATURALISTAS NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA



Editora
CABANA

ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Copyright © by Os organizadores
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, capa e projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: os autores

Crédito da imagem da capa: *Rencontre d'indiens avec des voyageurs européens* de Johann Moritz Rugendas, 1827-1835. Acervo Instituto Moreira Salles

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Viajantes, missionários e naturalistas na Amazônia oitocentista / Organizadores Anderson Clayton Fonseca Tavares, Daniel da Silva Miranda. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

Autores: André José Santos Pompeu, Claudia Rocha de Sousa, Fernanda Aires Bombardi, Geysse Marcela de Sousa Ribeiro, Hugo Hani Mendonça, Iris Carvalho Nascimento, João Antônio Fonseca Lacerda Lima, Leonardo Augusto Ramos, Nauk Maria de Jesus, Raimundo Moreira das Neves Neto, Samir Lola Roland, Vitória Mascarenhas de Jesus, Wania Alexandrino Viana.

96 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89849-92-6

1. História da Amazônia. I. Tavares, Anderson Clayton Fonseca (Organizador). II. Miranda, Daniel da Silva (Organizador). III. Título.

CDD 981.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. História da Amazônia



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)
Dr. José M. Almeida Neto
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)
Ma. Sara da Silva Suliman (UFPA)
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

APRESENTAÇÃO



COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA, INDEPENDÊNCIA E ENSINO**

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras

disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

SUMÁRIO



DANIEL DA SILVA MIRANDA
ANDERSON CLAYTON FONSECA TAVARES
Apresentação.....12

DANIEL MONTENEGRO LAPOLA
Henri Anatole Coudreau entre os Macuxi
no Rio Branco (1884-1885)
.....15

RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA
DANIEL DA SILVA MIRANDA
Outra mirada sobre o contestado do Amapá:
do possível diálogo entre os escritos de Emílio Goeldi e a
memória *Palikur-Arukwayene*
.....28

ADRIELLE CRISTINA MACIEL DE ARAUJO
Organização social e relações culturais no século XIX:
o olhar de viajantes europeus sobre uma cidade amazônica
.....39

ANDERSON CLAYTON FONSECA TAVARES
As malhas de poder na Amazônia oitocentista: o esforço
de Dom Macedo Costa na proteção da hegemonia católica
ameaçada por maçons liberais e protestantes missionários entre
os anos de 1861-1880 na Província do Grão-Pará
.....52

BRUNO CARLOS OLIVEIRA NEVES

Por uma história natural da controvérsia:
os atores contam suas próprias histórias
.....66

DANIEL DA SILVA MIRANDA

Encontrando padrões: indicações metodológicas
para o uso da paleografia digital no estudo de
documentos do século XIX
.....81

Sobre os Autores.....94

APRESENTAÇÃO

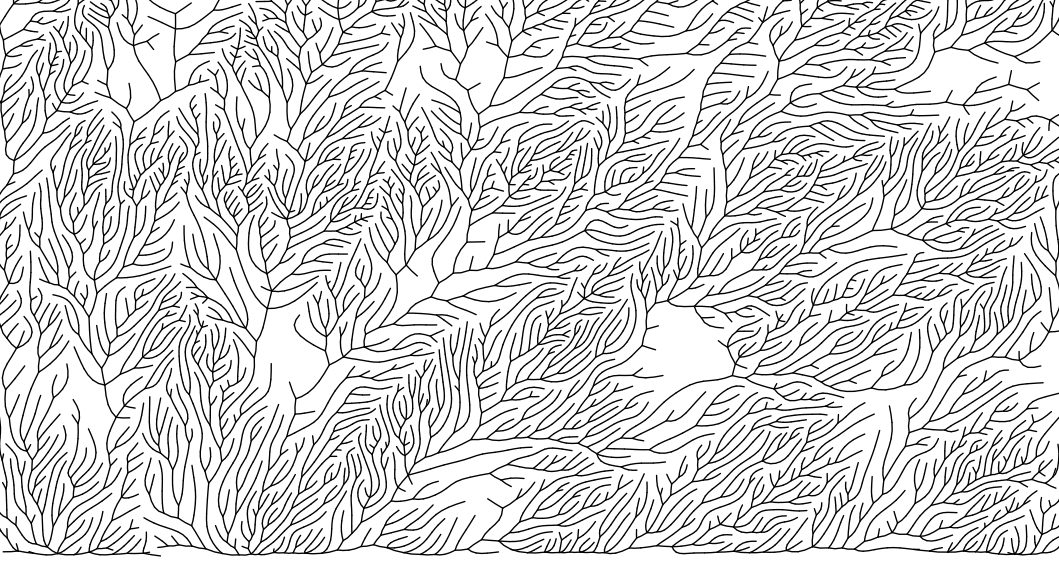


Esta obra é resultado das comunicações realizadas no Simpósio Temático “Viajantes, missionários e naturalistas na Amazônia oitocentista”, no XIII Encontro da ANPUH/PA. Este Simpósio abrigou trabalhos interessados na produção de viajantes que percorreram a Amazônia no período oitocentista, colhendo informações e aplicando as lentes interpretativas de suas próprias culturas. Foram aceitas propostas que elegeram a produção do conhecimento histórico através dos registros confeccionados por intelectuais viajantes em seus manuscritos, coleções, dados iconográficos, cartográficos e etnográficos sobre a flora, fauna, as gentes e os existires locais, grifando a importância dos sujeitos viajantes para a compreensão dos jogos de poder e a produção de conhecimento que se configurou a respeito do território Amazônico no século XIX. De igual maneira fomos receptivos ao envio de propostas inovadoras que contribuíssem para a ampliação teórica ou metodológica do campo de estudos sobre intelectuais viajantes e a Amazônia no século XIX.

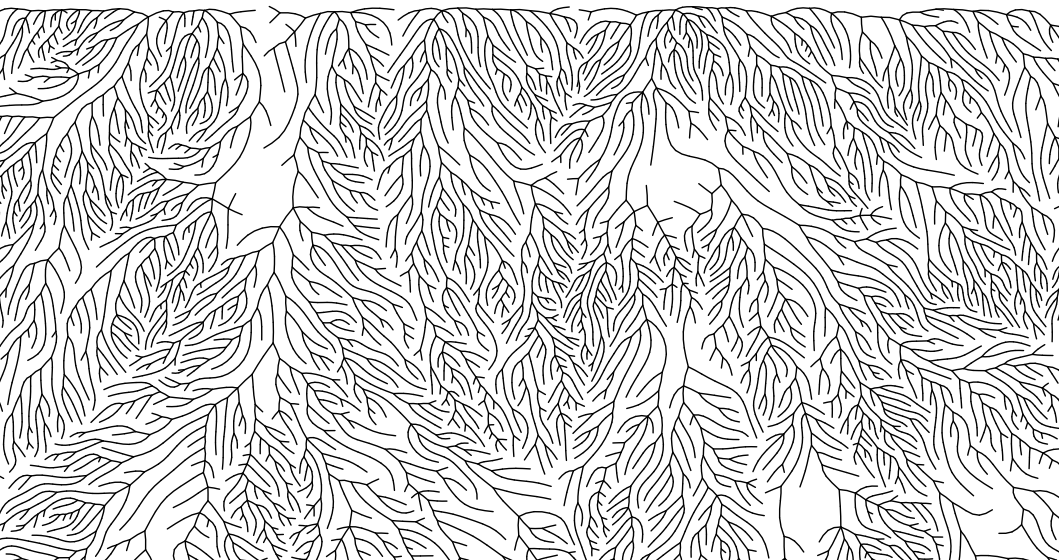
Em resposta ao convite realizado, entendemos que o Simpósio Temático atraiu três eixos de pesquisadoras e pesquisadores que com seus escritos perfazem esta obra. O primeiro eixo, composto pelos trabalhos de Daniel Montenegro Napoli, Ramiro Esdras Carneiro Batista, Daniel da Silva Miranda e de Adriele Cristina Maciel de Araujo, reflete sobre o conhecimento etnográfico e etnohistórico coligido nos relatos de indivíduos que se lançaram à experiência de conhecer e registrar a Amazônia do século XIX. Anderson Clayton Fonseca Tavares

nos apresenta em seu eixo a dimensão político-religiosa amazônica revolvida pela presença estrangeira nessa região. Bruno Carlos Oliveira Neves e Daniel da Silva Miranda constituem o último eixo de trabalhos, interessado em discutir a própria tarefa de produzir o conhecimento histórico através dos relatos de viajantes, missionários e naturalistas do oitocentos, evidenciando a necessária preocupação sobre a perspectiva do sujeito histórico e o processo de transcrição de seus registros.

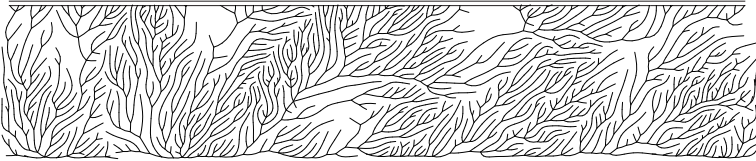
Daniel da Silva Miranda
Anderson Clayton Fonseca Tavares



**VIAJANTES, MISSIONÁRIOS
E NATURALISTAS NA
AMAZÔNIA OITOCENTISTA**



HENRI ANATOLE COUDREAU ENTRE OS MACUXI NO RIO BRANCO (1884-1885)



Daniel Montenegro Lapola

INTRODUÇÃO

Através dos relatos do viajante francês Henri Anatole Coudreau (1859-1899), em missão, através do ministério da marinha e das colônias francesas no extremo norte brasileiro, baseado na linha teórica historiográfica de Peter Burke no estudo da história cultural das representações das narrativas e da história indígena, analisamos a relação do viajante europeu junto aos indígenas, as alianças e estratégias utilizadas através da investigação científica para servir aos interesses demarcatórios e de ocupação de terras do país patrocinador do empreendimento na fronteira do extremo norte brasileiro.

Coudreau, pesquisou e traçou em mapa a sua viagem nas terras do rio Branco que durou de julho de 1884 a fevereiro de 1885, onde descreveu o nome das terras, vilas, cidades, fronteiras, rios, aldeias e etnias indígenas, inclusive

a localização dos rios onde estavam presentes os indígenas considerados bravos. Antes de sua chegada no rio Branco, teve a experiência de conviver pela primeira vez com indígenas Macuxi em sua viagem de Manaus a Boa Vista em um Batelão que é uma categoria de barco exclusivo para transportar o gado. Os indígenas Macuxi do alto rio Branco, trabalhavam na embarcação para seu patrão, Coudreau relatou maus tratos e castigo a indígenas que presenciou nesta viagem, onde ocorreram histórias de fuga e denunciou ainda sobre o contato dos ingleses com a prática de troca entre os Macuxi e Wapishana por puro espírito de propaganda e interesse de atração para terras da Guiana Inglesa.

Com seus mapeamentos científicos, buscou exigir direitos de territórios que se estendem do rio Araguari ao rio Branco, entre eles parte do Estado do Amapá, que traria a posse de acesso ao rio Amazonas aos franceses. As riquezas nos detalhes dos relatos de Coudreau promoveram a interação com os habitantes indígenas, trazendo grande volume de informações que necessitam serem mais bem estudadas. Mais tarde rompeu com a França, devido a desentendimentos com as autoridades, e passou a prestar serviço para o governador Lauro Sodré do Pará no Brasil.

HENRI ANATOLE COUDREAU ENTRE OS MACUXI NO RIO BRANCO (1884-1885)

Henri Coudreau (1887), viajou de Manaus a Boa Vista de Batelão que é uma categoria de barco exclusivo para transportar o gado, que podem levar de dez a trinta bois. Composto de oito a dez homens, quase sempre indígenas Macuxi do alto rio Branco, e um patrão. Coudreau, reparou que o gado na longa viagem emagrece consideravelmente ou

morre em grande proporção, o barco só atracou uma vez de Boa Vista a Manaus. Mencionou o trabalho do indígena que cortava o capim (erva) para dar de comida aos bois. A tripulação do barco de Manaus para Boa Vista era composta de cinco indígenas que remavam. Os homens eram bem tratados com café da manhã, chá à noite, boa farinha, carne seca e cachaça (COUDREAU, 1887).

O viajante francês, também relatou maus tratos e castigo a indígenas Macuxi fugitivos durante sua viagem de Manaus à Boa Vista, onde ocorreram duas histórias de fuga, na primeira delas:

Um índio fugiu, ele roubou uma das duas montarias de bordo. O chefe do barco, meu amigo José Thomé, perseguiu o engraçadinho dois dias e duas noites. O índio, após se perder entre os rios, não encontrou mais seu caminho e quase morrendo de fome neste deserto, à espreita da passagem do barco, que acabou por reencontrá-lo. José Thomé xingou o fugitivo, mas não bateu nele. Ele lhe disse simplesmente: “eu te executarei esta noite”. Após o jantar, um longo interrogatório iluminado por uma lâmpada de fumaça que deixava mais escura ainda a noite em nosso meio. Censuras severas, depois a execução. Um índio, este em que a lona de pagamento de seu trabalho foi roubada pelo fugitivo, se arma de um ferro de pá e bate nele com grandes golpes na mão do pobre diabo, que uiva de dor e se contorce, mas logo passa a lamentações desoladoras, quando José Thomé lhe inflige, com um ardor crescente, o cruel castigo (COUDREAU, 1887, p.242).¹

Neste relato, notamos a minuciosa descrição de punição e torturas realizadas para correção, devido à fuga do indígena, logo após esse relato, Coudreau ficou frustrado, pois, mesmo após esses severos exemplos, no decorrer da viagem todos os indígenas a bordo fugiram, deixando ele o dono do barco apenas para se virarem para atingir o destino da viagem.

¹ Tradução do autor.

Para Coudreau (1887) era grave o inconveniente para os donos das embarcações e passageiros das viagens nos barcos a fuga dos indígenas, algo comum, para o viajante francês o melhor tratamento era nada fazer, pois até a pior perspectiva não os assustava.

Após o indígena fugitivo ter recebido uns cinquenta golpes na mão com a pá, em seguida,

José Thomé atou suas mãos atrás das costas, colocou-lhe as algemas e o mandou se deitar nessa posição sobre uma tábua, de barriga pra baixo, na chuva. No outro dia, apesar de suas mãos doloridas e mortificadas ele segue junto, remando o barco com seus camaradas (COUDREAU, 1887, p.243).²

José Thomé era branco, foi educado no Rio de Janeiro, e Henri Coudreau não o considerava cruel. Ele pensava que convinha um gênero especial de penalidade para cada erro de comportamento dos indígenas.

Sobre a planta dos pés do fugitivo e sobre as costas lhe aplicaram até cem golpes de ferro de pá, com refinamento que colocou o infeliz na impossibilidade de caminhar por mais de quinze dias. O índio podia trabalhar, mas ele não podia mais fugir pelos campos (COUDREAU, 1887).

Na outra história de fuga indígena contada por Coudreau, faltava um pouco mais de um mês e meio antes do barco chegar a Boa Vista. A tripulação que era composta por cinco indígenas era bem tratada, com café da manhã, chá à noite, boa farinha, carne seca, cachaça e carne de caça que Coudreau e José Thomé dividiam com eles. Com isso:

Uma noite, após uma temível caçada na chuva, nós dormimos profundamente. Dois macuxis, se aproveitaram das circunstâncias para fugir. Um deles era uma espécie de bruto, um ser estúpido; o outro, um menino gracioso,

² Tradução do autor.

doce, sorridente, amável, inteligente e submisso. Os dois pareciam satisfeitos, contentes de sua sorte. Um dormia, o outro ficava acordado para prevenir seu companheiro quando a hora chegava. A meia noite, eles entraram na barraca, onde José, eu e um macuxi dormíamos. Os dois fugitivos se encheram de pacotes de lonas que constituíam seu pagamento (um pagamento verdadeiramente generoso), roubaram farinha, queijo, biscoitos, tabacos e utensílios de roça, conversaram longamente a voz baixa com o terceiro macuxi bebendo nossa cachaça, fazendo um chibé³, um cigarro, depois os ladrões presentearam seu compatriota com biscoitos que ficou porque não poderia retirar seu baú sem nos acordar, e os dois engraçados partiram depois de dar adeus ao amigo que os encarregou das comissões para a maloca. (COUDREAU, 1887, p.243).⁴

Cansados da caçada na chuva, dormiram um sono muito pesado. Coudreau acusou os indígenas Macuxi fugitivos de roubarem a única montaria (cavalo) que os restavam, e continuaram a viagem tristes. No dia seguinte, o terceiro Macuxi, que não havia conseguido fugir, contou tudo, com a maior naturalidade do mundo, e os colocou a par das particularidades do projeto de fuga de seus amigos:

O complô foi elaborado dias antes, o Macuxi em questão, sabia tudo, e neste caso, um índio não trai outro índio, à menos que seja de uma tribo diferente. A dissimulação e a placidez são características distintas em um índio. Os fugitivos sabiam que seriam provavelmente presos e punidos (e eles foram), que José Thomé, após lhes encontrar não conseguiria recuperar o que foi roubado, eles sabem o quanto isto lhes custara, eles são bem nutridos e bem tratados a bordo, porque eles fogem, violando as regras, deixando o barco na quase impossibilidade de continuar a viagem? (COUDREAU, 1887, p.244).

³ Bebida feita com farinha, jajuba, ticuara e tiquara.

⁴ Tradução do autor.

Além disso, o Macuxi denunciador os explicou que a fuga e o roubo só foram possíveis porque eles se entendiam a bordo, se fossem de etnias e línguas diferentes isso talvez não teria acontecido. Coudreau (1886) afirmou que a fuga de dois indígenas não era nada, por muitas vezes acontecia de toda tripulação fugir, deixando o patrão sozinho, em uma região deserta, com o barco carregado de gado ou de mercadorias. Era impossível obter uma penalidade qualquer contra os miseráveis indígenas referidos pelo viajante, pois: “Se o fazendeiro na ingenuidade procurar as autoridades, eles lhe responderão com o cliché conhecido: Os pobres selvagens, não sabem o que fazem e estão mais para o compadecimento do que para a censura” (COUDREAU, 1887, p.244).

Ainda sobre o trabalho que se realizava nos batelões que transportavam gado: “Os indígenas não gostavam muito de trabalhar nas viagens de batelões para os brancos, estimam que vinte mil réis (quarenta francos) por três meses de trabalho não constituem uma remuneração suficiente” (FARAGE, 1995, p.7). Em contrapartida os indígenas iam trabalhar nas vilas: “Mas vão sem repugnância trabalhar em Boa Vista ou nas vizinhanças, tirar e cortar a madeira, auxiliar na calafetagem dos batelões, construir casas. Estão vestidos, mas se dão frequentemente o prazer de esquecer que são civilizados” (COUDREAU, 1887, p.264).⁵ “H. Coudreau assim resume a situação sociológica a que assiste” (FARAGE, 1995, p.7).

Concordamos que: “Presume-se que em ambas as ocasiões o desfecho dos episódios ocorre com os castigos impostos aos fugitivos, uma vez que eram tratados numa condição de subalternidade próxima da escravidão” (FERNANDES; CARVALHO, 2020, p.146). Coudreau apontava em seus relatos o indígena como belo, bom, importante, trabalhador e em outros momentos como interesseiro, ladrão, miserável, pobre selvagem, vagabundo, traidor etc.

⁵ Tradução de Nádía Farage (1995, p.7).

A narrativa de Coudreau em representação aos indígenas com adjetivos bastante desqualificativos, não difere tanto dos viajantes na Amazônia do século XIX, embora Fernandes e Carvalho (2020) afirmaram que suas vivências tenham demonstrado outras práticas. Coudreau no seu livro, “La Françe Équinoxiale: Voyage a travers les Guyanes et l’Amazonie”:

[...] parece reunir as condições de felicidade para se tornar um texto importante em termos historiográficos, sociológicos, políticos, culturais e literários, em razão de que contém elementos que podem ajudar a aprofundar e, por conseguinte, a melhorar a compreensão sobre o homem e a paisagem do vale do rio Branco, senão também sobre as relações sociais mantidas pelas estruturas do poder local (FERNANDES; CARVALHO, 2020, p.153-154).

Na serra Pelada, região do rio Branco, Coudreau (1887) encontrou Pepena, tuxaua dos Macuxi do rio Tacutu, que andava infeliz, com isso certa vez, anunciou solenemente ao comandante do forte de São Joaquim que toda a tribo dos Arecuna ia se revoltar. Com isso marcharam, a pé e a cavalo, contra a tribo rebelde e não encontraram nenhum indígena guerreiro armado. Devido ao pânico que causou, o tuxaua Pepena pagou por algumas semanas com vinha. “Desde então, seus índios tornaram-se mais civilizados, esqueceram-se da obediência, suas filhas começaram a calçar botas e praticar a indústria muito civilizada da prostituição” (COUDREAU, 1887, p.255-256).⁶

Nessa época o forte São Joaquim não desempenhava mais nenhuma função: “Ficam ainda um sargento e quatro soldados enquanto as construções, que nunca chegaram a ser completadas, estão totalmente abandonadas. Só um barracão e uma casa coberta de palha são utilizados e, periodicamente, são alongados durante o inverno” (CIDR, 1989, p.25).

⁶ Tradução do autor.

Relatou também sobre o contato dos ingleses com a prática de troca entre os Macuxi e Wapishana por puro espírito de propaganda, observou que estes indígenas obtiveram apenas uma espingarda de um único tiro, no valor de vinte francos, em troca por dois meses de trabalho, além disso:

Em 1884, data de sua viagem ao Rupununi, Coudreau comentava o temor brasileiro de invasão insidiosa dos ingleses na fronteira, à época objeto de disputa entre Brasil e Inglaterra. Ledo engano, ponderava Coudreau, na região do Rupununi viviam apenas dois ingleses, cujo interesse era a mão de obra indígena, antes que o aliciamento da população com vistas à anexação territorial (FARAGE, 1995, p.13).

Um dos homens era James Percy, em Duruwow, que Coudreau caracterizava como um velho bom e muito bêbado, cuja obsessão era

produzir o maior número possível de filhos em cada uma das tribos vizinhas. Ele tem doze que reconheceu e adotou, tem mães de Wapishana, Atorai, Macuxi, Paochiano e Negra. É sua própria maneira de fazer propaganda pela ação (COUDREAU, 1887, p.272).⁷

Os Macuxi, os Wapishana e os Atorai na fronteira eram muito menos civilizados do que os das margens do rio Branco, reforçando a sua crítica ao péssimo relacionamento dos ingleses com estes povos indígenas, afirmou que: “As duas casas inglesas de Rupununi me parecem muito mais preocupadas em pagar o mínimo possível a seus índios do que ensiná-los a arranhar a linguagem de Shakespeare e fetichizar a religião de Sua Graciosa Majestade (COUDREAU, 1887, p. 272).

As mais importantes aldeias Macuxi encontravam-se na curva interior do rio Tacutu, nas serras do Tucano e Cuan-du, onde Coudreau afirmou ter visto muitos Macuxi como em todas as outras aldeias juntas. Referiam-se a eles como

⁷ Tradução do autor.

selvagens e meio ferozes. Nesse passo as duas casas inglesas do Rupununi tinham alguns deles a seu serviço, mas eles não entendiam inglês. A aldeia de “Cuandu fica oito dias de canoa acima do forte de São-Joaquim, subindo o rio. A montanha é muito rica em madeiras preciosas. Apenas um fazendeiro do rio Branco foi buscar nela para a construção de seu batelão” (COUDREAU, 1887, p.395). Outros fazendeiros não se atreviam, por medo de indígenas desonestos.

Segundo Nádía Farage (1995) existiam três palavras que simbolizavam o trabalho compulsório dos indígenas, vindo da lógica patronal que Henri Coudreau concordou e relatou:

‘Pão, panno e páo’, dizia o provérbio local registrado por H. Coudreau (1887, p.326), era de que necessitavam os índios, desvelando a naturalização, à época, do fato do trabalho compulsório. Com efeito, a julgar pela crônica, não faltava qualquer dos três ingredientes nas relações de trabalho que então se estabeleciam com os índios (FARAGE, 1995, p.11).

Ainda segundo Nádía Farage (1995) o discurso de Coudreau não escapou à lógica patronal da obrigatoriedade do trabalho indígena: “Os bons tratos, as boas pagas, a humanidade não surtem qualquer efeito sobre ele. Toma por fraqueza por parte dos brancos. Mas é bastante sensível às demonstrações de força, estas são seu único motor” (COUDREAU, 1886, p. 78).⁸

Os Macuxi, no início do século, eram famosos por suas flechas envenenadas, quando Coudreau esteve entre eles vários as abandonaram por armas de fogo (rifle). Os Wapishana na opinião de Henri Coudreau civilizaram-se mais rápido que os Macuxi. Gostavam de ensinar seu dialeto aos civilizados, muitos deles falavam português, já os Macuxi eram mais rebeldes à disciplina da civilização, pois: “Os Wapishanas eram, há um

⁸ Traduzido por: Nádía Farage (1995, p.11).

século, a tribo mais importante do rio Branco. Os Macuxi, ao contrário, são muito mais numerosos hoje do que no século passado. Formam a maior tribo da região, podemos contar três ou quatro mil” (COUDREAU, 1887, p.400-401). Notamos o destaque aos Wapishana como a tribo mais famosa da região entre o rio Branco e a Guiana Inglesa por colaborarem com os brancos civilizados. Coudreau, mesmo considerando os Macuxi rebeldes e indolentes, não deixou de destacar a superioridade numérica deles.

No início da narrativa de Coudreau nos campos do rio Branco seu estado de saúde foi exposto, tendo sido acometido da doença de malária por três meses, período em que esteve preso em “uma sombria prostração, as vezes agitado pelas super excitações da febre, passando da atonia do desespero a um barulhento delírio, beirando a demência” (COUDREAU, 1887, p. 261).⁹ Nessas ocasiões, pensou sobre os indígenas que, em sua concepção, queriam apenas ajudá-lo a morrer para roubarem suas bagagens. Depois desse período, acrescentou:

Quando eu voltei a mim, eu estava em uma maloca vazia, o sol estava alto, eu tinha frio, uma velha índia, grande e magra, estava em pé perto da minha cama, me cantando a canção do pajé, a canção que faz curar. Os indígenas que compunham a sua expedição o haviam abandonado, deixando aos cuidados de “Mascounan’: a velha, a grande mãe” (COUDREAU, 1887, p. 293).¹⁰

Na sequência, ele narrou como teve de voltar sozinho para Malacacheta (aldeia malacacheta), sem dinheiro e nada para trocar, com uma rede nos ombros, uma faca e um pedaço de cassabe¹¹ no bolso, abraçou Mascounan, e teve vontade de

⁹ Tradução do autor.

¹⁰ Traduzido por: (CARVALHO; FERNANDES, 2020, p.152-153).

¹¹ Pão de mandioca.

chorar. Na viagem, pensou no azar e felicidade (FERNANDES; CARVALHO, 2020).

Quando chegou à maloca na aldeia da Malacacheta, que é próxima a Boa Vista, não encontrou mais sua equipe, “a maior parte havia se dispersado, fosse nas fazendas, fosse nas malocas” (COUDREAU, 1887, p. 300). No entanto, encontrou todas as suas malas, na casa do João, intactas, onde nenhum pacote faltou na sua bagagem (FERNANDES; CARVALHO, 2020). Ficou surpreso pelo acolhimento dos Wapishana que demonstraram a ele uma alegria que acreditou ser sincera. Como resposta ao fato de o terem deixado sozinho obtém a seguinte explicação: “Nós te abandonamos porque achamos que você ia morrer e não queríamos ser acusados de matar você. Todo povo tem seu costume” (COUDREAU, 1887, p. 300). Sobre as acusações e desconfianças de como Coudreau representou nesta pequena passagem os indígenas concordamos que: “podemos perceber as representações com que esse viajante foi compondo a imagem dos indígenas: taxados, primeiramente, como ladrões, que somente queriam pilhar suas bagagens, ele teve de voltar atrás e reconhecer o fato de tê-las encontrado intactas” (FERNANDES; CARVALHO, 2020, p.153).

Coudreau, reafirmou nas narrativas de viagens sobre o rio Branco, que: “pode um dia, alimentar de gado todo o Brasil do Norte. É o campo do rio Branco” (COUDREAU, 1887, p. 271).¹² Tanto os indígenas Macuxi como Wapishana foram muito importantes com a mão de obra referente ao trabalho com o gado na região do rio Branco.

¹² Tradução do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henri Coudreau, fez parte de uma estirpe de viajantes profissionais a serviço dos interesses de diferentes Estados, mais tarde rompeu com a França e passou a prestar serviço para o governo do Pará no Brasil. Reconhecido como agente político colonizador, surgiu para inaugurar uma era de exploração territorial na região amazônica da América do Sul, marcadamente de cunho econômico, a serviço do interesse pela mineração, relatou os povos indígenas da região. Por longo prazo habitou junto dos indígenas, deu a sua vida para a ciência, até falecer nas margens do rio Trombetas no estado do Pará, em 1899.

Portanto, verificamos na narrativa de Coudreau em representação aos indígenas, adjetivos bastante desqualificativos que não diferem tanto dos viajantes na Amazônia do século XIX, embora afirmaram que suas vivências tenham demonstrado outras práticas, seus relatos são importantes como testemunho de época do comportamento da questão indígena neste determinado período nas terras brasileiras do rio Branco.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CIDR. Centro de Informação Diocese de Roraima. Índios de Roraima: Makuxí, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. **Coleção Histórico-Antropológica** n.º 1. 106 p., ilustrado com desenhos e fotos. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1989.

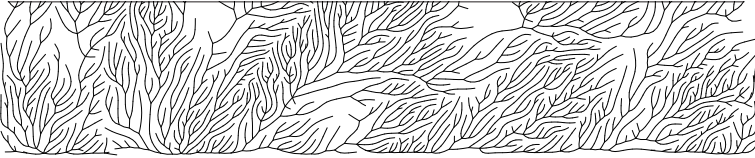
COUDREAU, Henri A. **La France Équinoxiale**. Voyage a Travers Les Guyanes et e'l Amazonie. Paris, Challamel aîné, Éditeur, Librairie Coloniale, 5, Rue Jacob, Et Rue Fubstenberg, 2, 1887.

COUDREAU, Henri A. **Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au Haut Trombetta (mai 1884 - avril 1885)**. Rouen: Imprimerie Esperance Cagniard, 1886.

FARAGE, Nádia. **Etnografia Wapishana**: Arqueologia de um preconceito. GT. História Indígena e do Indigenismo: XIX Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1995.

FERNANDES, Maria Luiza; CARVALHO, Fábio Almeida. Henri Coudreau, um francês no vale do Rio Branco. *In*: **Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OUTRA MIRADA SOBRE O CONTESTADO DO AMAPÁ: DO POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE OS ESCRITOS DE EMÍLIO GOELDI E A MEMÓRIA PALIKUR-ARUKWAYENE



Ramiro Esdras Carneiro Batista
Daniel da Silva Miranda

INTRODUÇÃO

Dentre os eventos que marcam o percurso histórico da Amazônia caribenha no século XIX, está posta a questão do Contestado amapaense, ou “Questão do Amapá”, disputa territorial franco-luso-brasileira que, tendo perdurado por séculos, compõe um capítulo relativamente bem documentado da história da colonização do escudo guianense, em função do vultoso trabalho de pesquisa histórica e geográfica legado pela equipe chefiada pelo diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos¹, o Barão do Rio Branco.

Além de outras questões, os registros do Barão do Rio Branco denotam que a expansão da economia extrativista ba-

¹ Sobre o assunto, consultar: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Obras do Barão do Rio Branco IV: questão de limites Guiana francesa segunda memória. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

seada em produtos gomíferos e auríferos tomaram vulto no setentrião amazônico no curso do século XIX, relacionados com a tecnologia de navegação a vapor que permitiu a entrada de grandes levas de migrantes nordestinos em busca de extrair as riquezas da floresta. Tais frentes extrativistas viriam a potencializar uma disputa territorial nas fronteiras do extremo norte guianense que remonta ao século XVII, conflito doravante assumido pelos soldados da borracha de nacionalidade brasileira, em confronto com uma difusa população de origem franco-caribenha.

No meio dos litigantes e em alguma medida prensados no vácuo territorial da região do Baixo rio Oiapoque, estavam os legítimos donos do território guianense, quais sejam, os povos ameríndios de origem Caribe, Aruaque e Tupi que habitam a região desde tempos imemoriais (BATISTA, 2020).

Nesse sentido, nossa reflexão coincide com os objetivos do simpósio em função de objetivar a contraposição e/ou combinação dos registros escritos do naturalista Emílio Goeldi sobre o tempo e o espaço do Contestado do Amapá, com o aporte de memória indígena proporcionado pelas narrativas do povo *Palikur-Arukwayene* sobre o mesmo espaço e respectivo conflito. Pressupõe-se que os dados históricos e cartográficos produzidos por Emílio Goeldi forneceram subsídios para o sucesso da empreitada de Rio Branco, qual seja, garantir a posse territorial brasileira, e é por esta razão que o aporte de memória e historicidade indígena deve adicionar novos elementos para o refinamento da operação historiográfica sobre o conflito em tela.

EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA NO PERÍODO OITOCENTISTA

Desde a publicação do relatório de Roger Casement, datado de 1911, em que o autor versa sobre as atrocidades cometidas principalmente contra os povos do *Putumayo*, por empresas europeias envolvidas na extração do caucho amazônico (MITCHELL, 2016), vimos que foi produzida vasta literatura histórica e antropológica problematizando a expansão da economia gomífera na *hinterlândia*. O trabalho de Casement relaciona a busca pela borracha á escravização e extermínio de povos de origem pré-colombiana, e sua divulgação também permitiu um olhar de longo alcance sobre o deslocamento e a escravização em massa de migrantes do nordeste do Brasil, para diferentes pontos do território amazônico.

Esse atentado generalizado aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana denotado nos registros de Casement, bem como as consequentes estratégias de controle social dos trabalhadores subalternizados foi em grande medida personificada na figura do “coronel de barranco” (SILVA, 2017). Ocorre que a avidez da indústria internacional pela seiva da seringueira (*Hevea brasiliensis*), aliada ao discurso do governo brasileiro e respectivas elites locais pelo “desenvolvimento” e apropriação das reservas da borracha amazônica teriam conspirado para a instalação do que ficou conhecido, entre populações da calha alta do Amazonas como o “tempo do terror” (WOLFF, 1999, p. 195).

No caso específico da Amazônia brasileira, em que pese o esforço governamental para documentar e mensurar os deslocamentos das levas de trabalhadores para a extração gomífera, as estimativas realizadas oficialmente podem ser classificadas como limitadas e, em alguma medida, ideológi-

cas. Limitadas porque o Estado nacional não exerceu, e sequer tinha condições de fazer um controle sistemático sobre a migração dos contingentes de baianos, cearenses, maranhenses e paraibanos deslocados para os seringais. E ideológicas porque a propaganda governamental idealizava a vida na floresta, incentivando uma postura patriótica e desbravadora por parte dos migrantes.

É neste contexto de deslocamento em massa de pessoas para a coleta ininterrupta do caucho amazônico e os flagrantos conflitos socioambientais dele decorrentes, que intentamos sobrepor um olhar sobre a região da antiga “Guiana portuguesa”, atual ente federado do Amapá-Brasil, entre os anos de 1895 e 1900, a fim de aferir como se deu esse propagado tempo de terror, em termos regionais, combinando os relatórios do naturalista Emílio Goeldi, que no mesmo período realizou trabalhos de prospecção arqueológica e etnográfica, as expensas do governo brasileiro, com a memória Aruaque sobre o mesmo período. Muito embora a extração da borracha amazônica tenha criado uma divisão do trabalho iníqua que comporta algumas generalizações, essa realidade não é monolítica e deve guardar variações regionais, uma vez que se consiga acrescentar a discussão a história e a memória dos povos e populações subalternizados que participaram da economia gomífera em diferentes níveis de engajamento e exploração.

AS IMPRESSÕES DE EMÍLIO GOELDI SOBRE O TERRITÓRIO EM LITÍGIO

Para além das generalizações sobre o perfil étnico e racial dos migrantes do nordeste brasileiro reproduzidos na historiografia pertinente aos ciclos da borracha, também é importante assinalar um entendimento – hegemônico á época – sobre o espaço amazônico proposto com um lugar de vazio

demográfico, o país “despovoado”, designação que se conca-tena com o lugar atribuído as pessoas e aos povos originários na história do país, como aqueles que são “anterior[es] ao Brasil” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 47), portanto exterminados na aventura colonial, não obstante sua presença marcante no território amazônico até a atualidade.

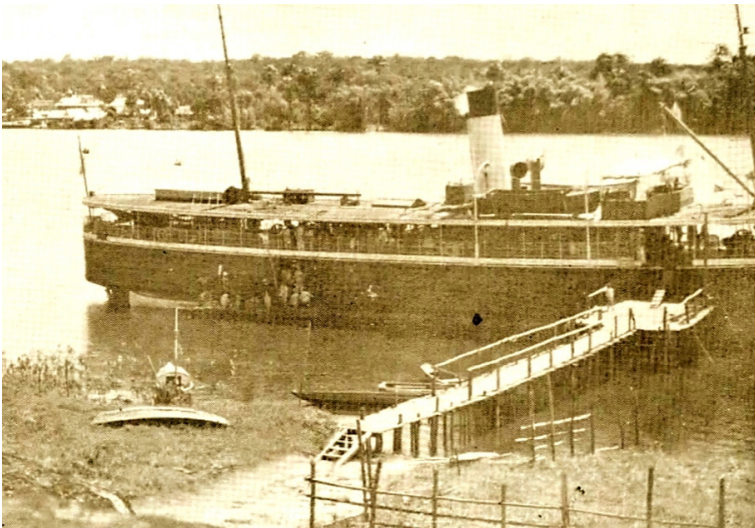
É nesse quadro retórico de conquista de um território supostamente sem ocupantes que se pode perceber o delineamento de mais um ciclo de conflitos socioterritoriais e ambientais, que nesta oportunidade, colocam em rota de colisão diferentes populações subalternizadas que fogem das ininterruptas secas nordestinas, contra os povos afro e indígenas que efetivamente ocupam aquele espaço entre o último quartel do século XIX e início do século XX.

No fim do século XIX, o relatório do naturalista suíço Emílio Goeldi, resultante de sua expedição à área do contestado “a serviço” do governo brasileiro, então datado de 19 de outubro de 1895, condensa informações importantes para nossa reflexão, demonstrando que nos últimos anos do período oitocentista as coisas não haviam melhorado para os “crioulos franceses” que “invadiam” o território do Amapá, mesmo que agora não possamos mais falar de seus litigantes portugueses estabelecidos no Grão-Pará, mas antes de brasileiros de distintas origens que insistem em processo de ocupação supostamente “pacífico” da área do Contestado amapaense, concomitante á disputa diplomática que se dava entre Brasil e França.

Goeldi inicia referenciando o trânsito cotidiano de um barco a vapor brasileiro que constantemente circunavegava o espaço do arquipélago do Marajó chegando até as margens do baixo rio Oiapoque. O cientista também menciona o estado de “guerra” que presenciou no território do Amapá, descrevendo a brutal atuação de uma “[o]ligarchia de capangas e aventureiros

do Ceará que cometiam abusos, oppresões, vinganças pessoais e represálias ... sem numero” (GOMES et. al., 1999, p. 102, sic), contra as pessoas da região, aí inclusa a própria população “brasileira”. Além de referenciar o Amapá como uma “praça de guerra” sob o comando do militar paraense Veiga Cabral, Emílio Goeldi escrutina o território do Uaçá, na região do Oiapoque, apontando para os “brasileiros” que ocupam as margens do rio Curipi e sobretudo, descrevendo: “o rio Urucarrá [onde julga] ter uns 60 moradores. Informaram-me, porem que o respectivo “Tuxána” é inspirado pelos francezes, e que elle não procura relações amistosas com a gente do Vassá e do Caripi” (GOMES et. al., 1999, p. 101, sic).

FIGURA 1 - O vapor “Cassiporé”, atracado na vila Oiapoque na primeira década do século XX



Fonte: Marinha Mercante Brasileira

Da descrição de Emílio Goeldi podemos depreender pelo menos três grupos étnicos distintos atuando em meio à denominada praça de guerra armada na grande ilha do Amapá: os aventureiros do Ceará; os brasileiros no Curipi; e os moradores do rio Urucaú, que são exatamente os aruaque *Palikur Arukwayene*, os legítimos originais do território. A consideração sobre o referencial demográfico apontado por Emílio Goeldi em relação a estes *Palikur* pode ser questionado, dado o seu desconhecimento e impossibilidade de atingir as aldeias do interior, mas é fato que estes Aruaque experimentam mais um ciclo de despopulação no fim do período oitocentista, o que viria a ser confirmado depois por Curt Nimuendajú (CAPIBERIBE, 2007).

Como apontamos, as incursões de Goeldi desempenharam papel essencial nos trabalhos de escrutínio, pesquisa e documentação do território do Amapá, que auxiliaram o Barão do Rio Branco “a solucionar a demarcação geopolítica entre a Guiana Francesa e a Brasileira” (FERREIRA, 2009, p. 87). Aparentemente, a atuação do naturalista suíço no Conestado franco-brasileiro, que incluía o território *Palikur*, obrigou os franceses a tomar do próprio veneno, no sentido de que se usou das ciências naturais e da arqueologia para “inventar” uma fronteira geopolítica que fosse favorável ao Brasil e ao Grão-Pará, pois conforme constata Lúcio Ferreira, “as viagens científicas [de Goeldi] para a Guiana brasileira imbuíram-se de uma estratégia largamente usada pelos Estados colonialistas”, qual seja, “circunscrever fronteiras marcando-as artificialmente” (2009, p. 87). Em que pese a notada parcialidade de Goeldi em favor da ocupação brasileira, seu relato não deixa margens para dúvida quanto a atuação violenta dos migrantes de origem nordestina (genericamente denominados cearenses) contra os habitantes então considerados “francófonos”, aí inclusos os povos indígenas.

A MEMÓRIA *PALIKUR ARUKWAYNE* SOBRE A CHEGADA DOS NORDESTINOS

Uma missiva encontrada pela pesquisadora Francinete Cardoso (2008) nos arquivos da prefeitura de Sain't Georges de l'Oyapock – margem francesa do rio Oiapoque – então datada de 28 de novembro de 1895, dão conta de que o administrador desta Comuna informa ao governo de Caiena que: “... 20 personnes du Rucaoua est venue m’informer que plus de 100 brésiliens armés sont arrivés dans leur village ... ces brésiliens arrives dans trois bateaux et armés, assessorément um but um chef que (ilegível) chez [Veiga] Cabral” (CARDOSO, 2008, p. 122). A carta-relatório parece denunciar de que um bando de “capangas cearenses”, armados pelo militar paraense Francisco Xavier da Veiga Cabral e, sub repticiamente pelo governo da província do Grão-Pará, fazia violentas incursões por todo o território do Amapá, buscando eliminar toda e qualquer ocupação francófona, ação que torna-se plausível a luz dos registros de Emílio Goeldi com relação a “praça de guerra” que ele vislumbrou.

A pesquisa de Cardoso considera que existem evidências de que este Veiga Cabral recebesse vapores com armas e “milicianos” nordestinos “do próprio Pará com o conhecimento do governador Lauro Sodré” (CARDOSO, 2008, p. 137). Disto pode-se inferir que enquanto se buscava uma solução diplomática para a questão do Contestado entre Brasil e França, o governo paraense efetivamente “conquistou” o Amapá, a partir da intervenção de Veiga Cabral e mais algumas centenas de nordestinos armados, anos antes do Laudo suíço dar ganho de causa ao Brasil.

Sobre o mesmo assunto, a memória indígena substanciada no relato do ancião *Uwetmin* torna o processo

de invasão e incursão nordestina ainda mais rico em detalhes, quando o homem-memória aponta para a chegada ostensiva de grandes embarcações a vapor com migrantes *sirhara* (cearenses), que parecem ter sido anunciadas por um clérigo, amigo dos *Palikur Arukwayene*. Aquele agente religioso, francês, se aceitarmos a designação de “índios franceses” apontada para os *Palikur*, pareceu prever o massacre e aconselhou os indígenas das aldeias mais expostas a se refugiarem.

Um conselho que não foi seguido, segundo o narrador *Uwetmin*, pela incredulidade do povo que preferiu seguir organizando sua *kaika* (festa). O relato segue com a invasão da aldeia *Masiká* pelos *awaig sirhara* (homens cearenses) em uma tarde em que os moradores se preparavam para uma festa ou rito de passagem feminino. Assim, afirma *Uwetmin* que:

[...] quando os Palikur do Masiká perceberam que os Tuku-yene [portugueses] haviam mesmo chegado, correram e pularam na água para atravessar para outro lugar ... uns conseguiram atravessar e fugir, mas outros morreram comidos pelos jacarés ... era tempo de água grande ... uns escaparam, mas outros foram comidos pelo axtig [predador] da água ... outros também não tiveram como fugir dos brancos... os Tukyene [portugueses] subiram na terra e prenderam muita gente ... eram muito malvados esses brancos ... muitos maus ... eles pegavam os ahwiw [velhos] [...] (*UWET-MIN* – Manoel Antonio dos Santos, set/out. 2016)

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A narrativa indígena sobre a atuação de brasileiros (portugueses *tukyene*) e nordestinos (*sirhara*) na região do contestado, nos últimos anos do período oitocentista, quando combinada aos registros de Emílio Goeldi sobre o mesmo tempo/espço guarda verossimilhança que não pode ser mera coincidência. Traduzida a percepção *Arukwayene* que os

brancos que lideram o massacre são (portugueses) de Belém, e trazem em seus barcos os *siraba* (cearenses), a história/memória efetivamente indígena acresce, para além da visão dos colonizados, detalhes e idiossincrasias regionais que devem contribuir para uma operação historiográfica que transcenda o mero relato dos vencedores.

Sem cultivarmos a pretensão de buscar dados históricos para legitimar o referencial mnemônico indígena, mas atuando em sentido contrário do que sugere o formato do texto, buscando subsídios e efemérides que nos ajudem a compreender a história *Palikur* engendrada pelo Senhor *Uwetmin*, entendemos que é preciso repensar a falsa oposição entre memória e esquecimento; e entre o documento escrito e o documento falado, o que pode nos levar a processos de revisão historiográfica que não abolem, mas acrescentam elementos a reflexão científica da História.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

UWETMIN, Manoel Antônio dos Santos (Povo Palikur-Arukwayene). **Entrevistas e narrativas recolhidas por Ramiro Esdras Carneiro Batista na aldeia Mahigwi**. Oiapoque/AP, Brasil. 2016-2018.

BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. **Keka-Imawri**: narrativas e códigos da guerra do fim do mundo. Belo Horizonte: CFML/ Belém: Editora Folheando. 2020.

CAPIBERIBE, Artionka Góes. **Batismo de Fogo**: Os Palikur e o Cristianismo. São Paulo, Annablume. 2007.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Associação de Universidades Amazônicas, UNAMAZ, 2008.

FERREIRA, Lúcio Menezes. "Ordenar o Caos": Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 71-91, 2009. Acesso em 13 de novembro de 2017.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cêzar. **Relatos de Fronteiras**: fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

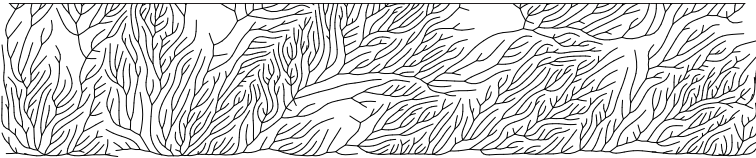
MITCHELL, Angus; IZARRA, Laura P.; BOLFARINE, Mariana (Orgs.). **Diário de Roger Casement na Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2016.

SILVA, Katiane. "Para o Pará e o Amazonas: látex. Notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista". *In*: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Orgs.). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula. 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história, alto Juruá (1890 – 1945). São Paulo: Hucitec. 1999.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES CULTURAIS NO SÉCULO XIX: O OLHAR DE VIAJANTES EUROPEUS SOBRE UMA CIDADE AMAZÔNICA



Adrielle Cristina Maciel de Araujo

INTRODUÇÃO

Durante os períodos colonial e imperial, o Brasil foi amplamente conhecido na Europa através dos olhares atentos de viajantes que aportaram regularmente nos portos do Rio de Janeiro e rumaram para o interior a fim de empreenderem suas excursões, observando tanto os aspectos naturais quanto sociais das localidades pelas quais passavam. Os motivos que trouxeram esses indivíduos ao Brasil foram muitos e os incentivos poderiam vir do meio científico europeu, do governo brasileiro ou mesmo por um ímpeto pessoal do cientista.

Esses viajantes exerciam as mais variadas profissões e estavam curiosos em conhecer a flora e a fauna brasileiras, além das paisagens e as sociedades locais, que para eles eram consideradas como “exóticas”. Eram médicos, botânicos, cien-

tistas naturais, desenhistas, missionários, geógrafos, professores, pintores, poetas, etc, os quais influenciaram diretamente os seus escritos. As obras produzidas nessas viagens seguiam a temática que seus autores dominavam, assim “a profissão exercida por cada viajante caracterizou um tipo de envolvimento com a população nativa e, conseqüentemente, um tipo de registro” (SARAT, 2011, p. 38).

Podemos dizer que o contato desses estrangeiros com a natureza e a população brasileira foi ambígua, às vezes causando deslumbramento e exaltação, em outras estranheza e descontentamento com a realidade encontrada. Através de seus escritos, percebemos a maneira como lidavam com a natureza pouco conhecida, por vezes encontrando descrições ofensivas e discriminatórias sobre os territórios e populações nativas do Brasil, já que esses viajantes vinham do velho continente europeu civilizado, centro das artes e dos “bons costumes”.

Contudo, as obras desses indivíduos constituem algumas das melhores fontes sobre a vida colonial e imperial do Brasil. O atual Estado do Pará, por exemplo, foi bastante visitado por estrangeiros que empreendiam excursões pelo norte do país, recebendo nomes como Alfred Wallace e Von Martius, e também Hércule Florence, Walter Bates e outros, que buscavam conhecer as espécies animais e vegetais da famosa Amazônia, paraíso dos naturalistas, e ainda os povos indígenas, os grandes rios e as cidades ribeirinhas.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica de relatos produzidos por viajantes do século XIX sobre Santarém, cidade do interior do Pará, na região do rio Tapajós em confluência com o Rio Amazonas, que naquele século era apreciada pela bela vista e pelas características urbanas que apresentava. Pretendemos identificar o olhar desses visitantes sobre a cidade, os aspectos que lhe

chamaram a atenção e as particularidades por eles descritas, observando as discordâncias entre os relatos, as mudanças e as continuidades percebidas ao longo do século, com enfoque na existência de uma segregação espacial na cidade e as formas de interligação entre esses espaços.

Para isso, foram utilizadas como fontes primárias obras¹ de viajantes europeus de várias nacionalidades que passaram por Santarém-PA durante o século XIX, são elas *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* de Spix e Martius; *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* de Hercule Florence; *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* de Alfred Russel Wallace; *O Naturalista no Rio Amazonas (volume 2)* de Henry Walter Bates, *Travels in the North of Brazil* de James Wells Champney e *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859 (volume 2)* de Robert Avé-Lallemant. Utilizamos ainda como fonte complementar os desenhos de Hercule Florence, que retratam a paisagem e revelam alguns aspectos sociais de Santarém.

Os textos citados acima não são os únicos relatos feitos por viajantes durante o século XIX no Brasil, no entanto, estes foram selecionados para este trabalho devido ao recorte temporal e temático que pretendemos abordar, Santarém no século XIX. Portanto, buscou-se por obras que citam a cidade de Santarém e discorrem sobre ela, de modo que pudéssemos ter acesso às impressões do autor sobre a localidade, não apenas sobre aspectos naturais, mas principalmente socioculturais.

OBRAS DE VIAJANTES COMO FONTE HISTÓRICA: RISCOS E POSSIBILIDADES

A “literatura de viagem”, como é conhecido o conjunto de escritos produzidos por viajantes desde o século XVI

¹ Todas estas fontes foram obtidas através de pesquisas em acervos digitais de relevância, como a Livraria do Senado Federal; a Biblioteca de Obras Raras e o Portal Barcos do Brasil.

e que ganhou força no século XIX com vistas ao mercado editorial europeu, vem sendo utilizada por historiadores há muito tempo como fonte para se estudar diversos temas. No Brasil, obras historiográficas de grande influência no meio acadêmico contém esse tipo de literatura em sua bibliografia, como *Raízes do Brasil* (1995) de Sérgio Buarque de Holanda e *Casa-grande & Senzala* (1954) de Gilberto Freyre, autores que tratam sobre a colonização portuguesa e as relações sociais no Brasil colonial.

Esse tipo de obra não conta apenas com a opinião de seus autores, “há também no relato dos viajantes compilações de outras fontes (primárias e secundárias). Material linguístico, iconográfico, cartográfico e elementos da tradição oral pululam nos relatos de viagem” (CORREA, 2008, p. 12), demonstrando preocupação dos viajantes com a verdade e totalidade das informações, o que torna essas produções mais valiosas aos historiadores. Vale ressaltar que quando nossos costumes são descritos por autores estrangeiros, conta com uma maior riqueza de detalhes, abordando aspectos que, devido ao hábito, talvez passassem despercebidos por autores locais.

Não podemos, contudo, esquecer os perigos que se apresentam ao trabalhar com esse tipo de fonte. São obras cheias de subjetividade, julgamentos, preconceitos, contradições e que tomam como referência os valores europeus oitocentistas, além de refletirem os processos históricos que seus autores viveram e suas opiniões a respeito dos acontecimentos. (CORREA, 2008) faz a seguinte ressalva a respeito dessas obras como fonte histórica:

Faz parte da precaução metodológica do historiador coevo lançar um olhar acurado para como olhou, quando olhou e de onde olhou o seu informante, isto é, o viajante. Com a ressalva, evidentemente, que nem sempre essa

testemunha viu tudo o que relatou [...]. Escusado lembrar que, não raro, o olhar suscita a ilusão de poder ver o real (CORREA, 2008, p. 15).

É justamente este o ponto de maior interesse do historiador, identificar e analisar o olhar externalizado que os viajantes tiveram sobre as localidades pelas quais passaram, sempre tolhidos pela própria cultura e interesses. Por meio de tal análise, é possível obter informações muito precisas sobre esses locais e resgatar aspectos sociais que foram esquecidos com o passar dos anos, além de ter acesso a descrições de uma cultura material que foi apagada.

Os relatos de viajantes podem informar sobre diversos assuntos, desde elementos da natureza até hábitos do cotidiano, proporciona inúmeras opções de temas a serem estudados, e essa escolha norteará o tratamento dado à fonte. Trata-se de um documento complexo marcado pelo seu tempo e não apenas associado às questões político-sociais, mas também apresenta elementos da linguagem e da ciência. No entanto, mesmo que não tivessem essa pretensão, esses viajantes produziram escritos que se apresentam como ferramentas úteis ao estudo do interior do Brasil no século XIX.

O OLHAR DOS VIAJANTES EUROPEUS SOBRE SANTARÉM

Os primeiros viajantes do século XIX a serem discutidos neste trabalho são os famosos Spix e Martius, no terceiro volume da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillipp von Martius, ambos naturalistas alemães, chegaram ao Brasil em 1817 na caravana que trouxe a Imperatriz Maria Leopoldina. Vieram com o objetivo de catalogar espécies da fauna e flora para leva-las à Europa, e passaram a escrever sobre os lugares que visitavam,

sendo estes diários de viagem à base de futuras publicações que lhe renderam três volumes.

Segundo seus registros, os dois naturalistas chegaram a Santarém em setembro de 1820. O relato não se estende a muitas páginas, mas traz informações sobre importantes aspectos da cidade por eles observados:

As paredes das casas são de pau a pique, barreadas e caiadas de branco. O teto é coberto com telhas côncavas ou com folhas de palmeira. Poucas são as casas que têm fundamentos e alicerces de alvenaria ou tijolos. Os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, sob o qual se cozinha, e senzalas para a criação da casa, quase sempre índios, sendo raros os pretos ou mulatos. (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 139).

Spix e Martius revelam sobre o trabalho doméstico em Santarém, realizado majoritariamente pelos indígenas, mas também por “pretos” e “mulatos”. Ressalta-se, porém, que a escravidão indígena estava oficialmente abolida no Pará desde 1755, portanto não se tem clareza sobre a natureza dessa mão de obra. Observaram ainda outro ponto importante de Santarém, a Fortaleza do Tapajós, confirmando que neste período “essa fortificação está tão arruinada que a custo se descobrem os seus alicerces” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 143).

Outra obra muito valorizada pela historiografia paraense é *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, de Hercule Florence, francês de nascimento que chegou a Santarém em 1º de julho de 1828, onde permaneceu por dois meses, porém, dispensou pouco menos de três páginas à descrição da cidade. Sua obra foi publicada pela primeira vez em 1875. As primeiras características observadas por Florence em Santarém foram a bela Igreja no centro da Vila e as ruínas da

fortaleza², mas principalmente a divisão da cidade em duas populações distintas, como vemos no trecho a seguir:

Como quase todas as povoações da província, possui Santarém seu aldeamento de índios. Fica ele para L., separado por um grande terreno quase baldio. Transposto que seja, não se ouvem mais os ásperos sons da palavra portuguesa, porém sim as doces e incompletas entonações da língua geral brasílica, que falavam os pais daqueles aldeados, reunidos e congregados nessas choupanas pelos jesuítas (FLORENCE, 2007, p. 263).

Através deste trecho confirma-se a existência de uma separação dos povos em Santarém, já que os descendentes dos índios Tapajós possuem seu próprio aldeamento afastado do restante da população majoritariamente branca. Tem-se conhecimento pelo menos de dois desenhos produzidos por Florence referentes a Santarém, o primeiro (Figura 1) mostra a aldeia de indígenas e o segundo (Figura 2) nos oferece um retrato de Santarém vista a partir do morro da Fortaleza.

FIGURA 1 - Aldeia de índios em Santarém, 1º de julho de 1828.



Fonte: Coleção Instituto Hercule Florence.

² Florence afirma em sua obra que a fortaleza de Santarém foi construída pelos holandeses, no entanto, trata-se de uma informação equivocada, já que a antiga Fortaleza do Tapajós foi construída pela Coroa portuguesa, em 1657, como forma de ocupação e marco defensivo na Amazônia.

FIGURA 2 - Vue de Santarém sur le Tapajós, prise du coté de l'Ouest.



Fonte: Coleção Instituto Hercule Florence.

Por volta de 1850, mais de vinte anos após a passagem de Florence, Santarém mais uma vez preencheu algumas páginas de um diário de viagem, agora de Alfred Wallace (1823-1913). Naturalista mundialmente conhecido por seus estudos sobre a evolução das espécies, que nos apresenta em seu relato um olhar mais atento à vida social e aos costumes presenciados na cidade, presentes na obra intitulada *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Um dos primeiros aspectos observados por Wallace foram as “paredes de barro” no alto da colina que restaram da Fortaleza e a “igreja, com as suas duas torres, [...] um edifício bonito e notável” (WALLACE, 2004, p. 167). Wallace notou ainda a relação dos habitantes de Santarém com a natureza, sobretudo com o Rio Tapajós:

As praias estendem-se muitas milhas, para baixo ou para cima da cidade, e é ali que se fazem todos os serviços de

lavagem de roupa da localidade, vendo-se os linhos estendidos na areia quente, o que produz um agradável espetáculo. Durante todas as horas do dia, veem-se ali inúmeros banhistas. Os filhos dos índios e dos negros nadam como peixes (WALLACE, 2004, p. 168).

O relato chama a atenção para a importância do rio, mostrando que eram os indígenas e negros (estes provavelmente escravizados) que realizavam tais funções domésticas e, de certa forma, usufruíam do Rio como um espaço de lazer. Wallace não foi o único a registrar esta relação dos santarenos com o Tapajós, o norte americano James Wells Champney (1843-1903) também nos deixou evidências desse costume através de desenhos produzidos por ele neste mesmo período, e que foram publicados nos Estados Unidos no álbum *Travels in the North of Brazil* em 1860. O desenho abaixo (Figura 3) retrata uma cena muito parecida com as descrições de Alfred Wallace, corroborando com seu relato.

FIGURA 3 - Beach scenes at Santarém.



Fonte: *Travels in the North of Brazil*.

A presença negra em Santarém foi descrita com mais detalhamento por Henry Walter Bates, viajante inglês que chegou a Santarém em 1851, e escreveu dois volumes de *O Naturalista no Rio Amazonas*, com várias páginas destinadas ao relato sobre Santarém onde permaneceu durante três anos e meio. Diferentemente da vida luxuosa dos brancos e do aparente distanciamento dos indígenas, segundo Bates, os negros estavam dispersos pelos espaços da cidade:

Nos subúrbios da cidade eu passara por algumas cabanas de índios e gente de cor, pitorescamente situadas à beira da praia branca, com fundo de folhagem luxuriante. A palhoça do índio puro-sangue se distinguia dos mocambos de taipa dos negros e mulatos por sua construção mais leve, com alpendre, onde se viam, a qualquer hora do dia, os escuros moradores deitados em suas redes de largas malhas abertas (BATES, 1944, p. 31).

Já o alemão Robert Christian Avé-Lallemant descreveu com detalhes sua passagem pela cidade que chamou de “cativante”, “surpreendente” e “aprazível localidade”. Avé-Lallemant foi um médico e explorador que viajou pelo interior do Brasil, e escreveu dois volumes de *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*, onde estão seus relatos sobre Santarém. Notando a presença da Fortaleza, Avé-Lallemant não apenas citou a existência das ruínas, mas buscou conhecê-las de perto:

Encontrei aí uma ruína por cima da próspera cidade. Corredores, salas, portas e aberturas estendiam-se por todos os lados, porém por toda parte o tempo carcomera tudo, e a vegetação ainda mais. O parasitismo apoderara-se com verdadeira avidéz dessa bem colocada fortaleza, de onde se podiam descortinar e dominar toda a embocadura do Tapajós e grande parte do Amazonas (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 75).

Avé-Lallemant logo percebeu que se tratava de uma cidade dividida, com núcleos populacionais distintos:

Na margem estende-se bonito renque de casas, sólidas e grandes, de alvenaria e entre elas uma apalaçada [...]. Mais adiante ainda, por trás da primeira fileira de casas, veem-se os telhados doutra rua [...]. A cidade tapuia, parda e irregular, espraia-se rio acima e perde-se na floresta e no matagal (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 74).

O contraste entre as casas e os estilos de vida em diferentes pontos da localidade, nos dá a entender que a separação étnica apontada em registros anteriores continuava a acontecer ainda na segunda metade do século XIX. Apesar da convivência e interdependência entre as classes, podemos ver uma cidade de espaços bem divididos tendo seu centro ocupado pela classe branca dominante, os subúrbios pelos negros livres e mestiços, e os indígenas nas áreas afastadas e mais próximos das matas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do olhar externo dos viajantes estrangeiros, nota-se mudanças e permanências ocorridas em vários setores da vida em Santarém. Um dos aspectos de maior permanência ao longo dos Oitocentos é a existência de núcleos populacionais vivendo geograficamente separados, com base na origem étnica de seus habitantes. Entendemos que esta característica pode ser resultante do processo de colonização da cidade. A permanência dessa configuração social até a segunda metade do século XIX é, portanto, um aspecto a ser aprofundado pela historiografia.

As fontes são claras no que se refere ao crescimento da cidade, tanto em extensão territorial quanto em estrutura

arquitetônica. Os primeiros viajantes descrevem uma vila pequena, mas com o tempo, podemos perceber modificações na estrutura das casas, que passam a ser construídas por materiais mais duradouros, cobertas de telhas e com sobrados. Mas com esse crescente processo de urbanização, os indígenas foram grandemente afetados, tendo seu povoado movido cada vez mais para as áreas suburbanas de Santarém durante o século, notoriamente devido ao processo de expansão territorial pelo qual Santarém estava passando.

A questão da Fortaleza do Tapajós é outra constante durante o século XIX. Desde Spix e Martius, em 1820, até Avé-Lallemant em 1859, as ruínas da Fortaleza chamaram a atenção de praticamente todos os viajantes, aparentemente admirados diante do desuso de um espaço tão privilegiado da cidade. Vale ressaltar que dentro do contexto nacional dessas fortificações, o abandono em relação à fortaleza de Santarém apresenta-se como um caso à parte, já que outras cidades que possuíam edificações semelhantes buscaram mantê-las, ao passo que em Santarém o tempo destruiu vagarosamente essa herança do período colonial na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. 2v. Disponível em: <http://www.digitallibraries.com.br/mnm/handle/01/274>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BATES, Henry Walter. **O Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Candido de Mello Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2v. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/323>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CHAMPNEY, James Wells. **Travels in the North of Brazil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1860. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acer->

[vo_digital/div_iconografia/icon359368/icon359368.pdf](#). Acesso em: 22 jul. 2020.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África Pré-Colonial**. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 1, p. 11-21, 2008.

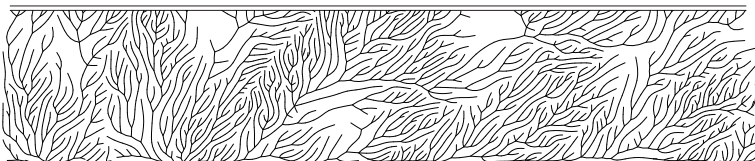
FLORENCE, Hercule. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Conselho Editorial, 2007. v. 93. 282 p. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/viagem-fluvial-do-tiete-ao-amazonas-de-1825-a-1829-vol93>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SARAT, Magda. Literatura de Viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 7, n. 2, p. 33-54, 2011.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v. 486p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 23 nov. 2020.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 630p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1092/706863.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 21 dez. 2020.

AS MALHAS DE PODER NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA: O ESFORÇO DE DOM MACEDO COSTA NA PROTEÇÃO DA HEGEMONIA CATÓLICA AMEAÇADA POR MAÇONS LIBERAIS E PROTESTANTES MISSIONÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1861- 1880 NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ



Anderson Clayton Fonseca Javares

INTRODUÇÃO

As atividades desta pesquisa estão relacionadas a compreender o trânsito ideológico que se desenvolveu na província do Grão-Pará mais precisamente entre os anos de 1861-1880, período em que disputas por demarcação de poder ampliavam-se na região, os marcos escolhidos justificam-se pelo intenso tráfego narrativo encaminhados por Dom Macedo Costa contra maçons e protestantes missionários. O intervalo analisado aponta acentuados debates entre os três grupos, que utilizaram os jornais para veicular ideais e projetos circunscrevendo nos periódicos verdadeiras zonas litigiosas que auxiliaram na desestruturação de antigas demarcações, enfraquecendo a hegemonia católica.

Nossa proposta é compreender por meio do discurso a dinâmica pelo poder encaminhada pelos agentes sociais desta investigação, apresentaremos este trabalho considerando que os discursos dos indivíduos pesquisados diretamente ligavam-se as instituições que representavam, nossa investigação utilizará aportes conceituais alinhados a modelos explicativos de Antônio Gramsci, tais quais: hegemonia, intelectuais tradicionais e orgânicos, como também guerra de posição, na tarefa de interpretarmos estruturas narrativas embricadas ao sistema hegemônico, que em meio a intensas disputas desgastava-se, possibilitando outros acesarem o lócus de poder outrora controlado pela igreja católica.

Nossa investigação aponta que as assimetrias provocadas por embates ideológicos entre maçons liberais, Dom Macedo Costa e protestantismo de missão foram vetores significativos no processo de reordenação do poder local que cooperou com a volatilização do sagrado monopolizado pela igreja católica na província, nossas investigações subsidiavam-se no discurso, pois este é o campo ideal para averiguação de tensões provocadas por convicções que a serviço de grupos sociais específicos auxiliam a configurar outras formulações teóricas-ideológicas fornecedoras de insumos para articular ou desarticular forças hegemônicas consolidadas.

Através dos registros narrativos apontados por esta pesquisa, investigaremos relações de forças que realocaram a hegemonia de mando católico na província do Grão-Pará em meados do século XIX, por meio de formas discursivas e ideológicas instrumentalizadas por maçons liberais e protestantes missionários contrários a lógica religiosa de Dom Macedo Costa. Os agentes apresentados por esta análise desenvolveram mecanismos narrativos que impulsionados por jornais confeccionaram zonas específicas de conflito intralite na província, enfraquecendo o sistema hegemônico católico.

Os inúmeros discursos estruturados no Grão-Pará nos oitocentos sistematizados pelos agentes estudados, tornar-se-ão relevantes vetores na reestruturação do poder político e religioso na região, desenhando outros arranjos que fragmentaram o poder outrora concentrado na igreja católica, remanejando-o e o redistribuindo, esta singular urdidura atravessada por inúmeros conflitos e interesses, confrontaram diretamente o mando católico, engendrando dispositivos discursivos que seccionaram as antigas disposições de comando, possibilitando assim a implantação de projetos como os da “empresa missionária protestante”¹, e outros como os da ala liberal maçônica que almejam acessar o lócus de poder, como podemos inferir através da informação seguinte.

[...] que o governo tem o direito de permitir e proibir a publicação do ensino e das leis da Sancta Igreja e do papa, etc., etc., eis ahi outras tanatas conquistas do progresso moderno, outras tantas idéas novas que é forçoso abraçar, sob pena de passar por um obscurantismo, um retrogrado, um ultramontano, mais digno de figurar n'um museu de fosseis anti-diluvianos, do que na grande galeria das illustrações deste seculo. Em quanto os verdadeiros catholicos, vendo todos os dias circular pelo jornalismo essas doutrinas, vendo muitos governos catholicos emularem com os protestantes na usurpação da autoridade religiosa. (ESTRELA DO NORTE, 1866, p. 3)

Percebemos pelo relato apresentado no jornal, que o líder ultramontano Dom Macedo Costa se mostrou profundamente pressionado com as propostas liberais modernas

¹ Acreditamos que no século XIX organizou-se, fortaleceu-se e projetou-se um desenvolvido empreendimento pensado, articulado e projetado para alcançar sucesso não somente com a conquista de novos adeptos e difusão da religião acatólica em outros lugares, como também lograr êxito acessando o controle político, financeiro e religioso por meio desta empreitada organizada através de sociedades bíblicas, juntas religiosas e agencias missionárias tais quais, American Tract Society (ATS), The American and Foreign Christian Union (AFCU), Sociedade bíblica Americana, sociedade amigos dos marinheiros entre outras agencias missionárias criadas para fornecer treinamento, suporte, como também enviava e subsidiavam seus agentes para as missões.

de progresso acessando a província, segundo o prelado esse projeto estava a serviço de uma estratégia “articulada” para enfraquecer, como também prejudicar a igreja ultramontana. O discurso do bispo foi adaptado para proteger a hegemonia católica contra a proposta protestante em curso na região, o jogo linguístico insere-se na tentativa de controlar o campo de forças que se desenvolvia na província.

A estrutura discursiva que o sacerdote católico se utiliza para apontar o fortalecimento e a dinâmica de uma nova conjuntura social engendrando-se na província via ideologias ligadas ao “progresso moderno”, elabora-se por meio de uma semântica que possibilita-nos pensar que o prelado estava realmente preocupado, existia na visão do líder católico uma ameaça concreta escupindo-se que diluiria progressivamente a influência e hegemonia de sua igreja, sendo assim justifica-se a escolha do aporte conceitual gramsciano, pois no relato do sacerdote percebe-se o esforço desenvolvido para proteger a estrutura hegemônica que no passado favoreceu a igreja católica, mas que agora estaria em risco acentuado.

A nova configuração que se desenhava na Amazônia desintegrava gradualmente a proeminência do mando católico e segundo o líder ultramontano, essa força precisava ser combatida o quanto antes, caso contrário a igreja liderada por Dom Macedo teria sua soberania e poder comprometidos, vejamos a explicação a seguir: “eis ahi outras tanatas conquistas do progresso moderno, outras tantas idéas novas [...], sob pena de passar por um obscurantismo, [...], mais digno de figurar n’um museu de fosseis anti-diluvianos” (ESTRELA DO NORTE, 1866, p. 3), notamos pelo relato que a forma discursiva apresentada pretendia invalidar os ideários emancipatórios encaminhados por protestantes na província.

Evidencia-se por meio do periódico, fortes demandas anticlericais em curso na região, a lógica de progresso apresentada no jornal confrontava a hegemonia católica, haja vista a preocupação do bispo ultramontano. Ora aqui apresenta-se à justificativa da escolha do aporte conceitual que se quer dar vazão? Qual seja: que ideologias propagadas por maçons liberais e missionários protestantes organizaram-se como rotas de colisão, deslocando e fraturando a estrutura de poder da igreja católica, assim sendo as formas discursivas e ideológicas tornar-se-ão artifícios sofisticados, confeccionados pelo jogo de poder em desenvolvimento na região no período oitocentista.

Utilizaremos o aporte teórico gramsciano para analisarmos as disputas por hegemonias engendradas por maçons liberais, protestantes missionários contrários a Dom Macedo Costa, o aporte investigativo justifica-se por sua aplicabilidade, pois como veremos as disputas ideológicas encaminhadas por esses agentes propagaram-se desestruturando a realidade hegemônica católica dominante, dessa forma os conceitos de Gramsci são importantes para esta pesquisa, haja vista que o objeto a ser investigado são as estratégias discursivas e suas ideologias encaminhadas por grupos específicos que se tornaram verdadeiros intelectuais no sentido gramsciano.

Vale refletir que o conceito de hegemonia elaborado pela tradição marxista aperfeiçoado por Gramsci na tentativa de compreender a confecção de dispositivos estruturados na dinâmica coletiva que garantiria posição de comando via guerra de posição, são imprescindíveis para esta pesquisa, pois os entes aqui investigados almejavam garantir e acessar espaços e posições de poder. Percebemos através das fontes, que tanto Dom Macedo como seus adversários engendraram uma verdadeira guerra de posição utilizando estratégias discursivas para conectarem-se ao poder via ideologias, o contexto assinalado

mostra-nos a degeneração processual da hegemonia católica, pois percebe-se novas senhas de entendimento sendo traduzidas e compartilhadas por outras agências antes deslocadas do lócus de comando.

Segundo (GRAMSCI, 2004), essas agências caracterizam-se como “intelectuais”, por encaminharem modelos de procedimentos coletivos a partir de percepções específicas apresentadas como ideais por essas instituições. Nossos apontamentos corroboram para pensarmos que maçons liberais, missionários protestantes e os ideais ultramontanos de Dom Macedo Costa projetaram-se a partir dessa categoria “intelectuais”, haja vista que o propósito de cada grupo era garantir o funcionamento da sociedade de acordo com suas prerrogativas ideológicas, dessa forma justificamos o aporte conceitual escolhido como base interpretativa para compreendermos os embates ideológicos como vetores no processo de reacomodação do poder local que volatizou o sagrado controlado pela igreja católica na província.

Segundo o esquema gramsciano existiam dois tipos de intelectuais disputando entre si a validação da estrutura social através de suas possíveis influências, intelectual apontado nesta pesquisa não se relaciona a um tipo específico de indivíduo projetado por uma área do conhecimento, tomamos emprestado esse conceito para retratar uma categoria específica posicionando-se como mentora e propagandista de uma estrutura social específica. Entre esses intelectuais apontados existia o “intelectual tradicional”, cujo intuito remetia-se a proteger a estrutura social pré-existente da qual exercia controle e poder, remetendo-se ao passado como período padrão por perceber que alterações em curso desafiavam seu monopólio, a partir dessa constatação percebe-se que o ultramontanismo de Dom Macedo Costa apresentou-se como esse modelo, pois ao

identificar a proeminência de missionários protestantes, bem como de maçons liberais tentou bloqueá-los através de discursos como apontado no jornal a seguir.

Uma questão religiosa é a notícia mais importante da província do Pará. O Sr. Bispo daquela diocese publicou uma pastoral acerca da introdução de livros de doutrinas praticada por um padre protestante de nome Ricardo Holden. O facto ganhou grandes proporções, o clero recorreu a imprensa para combater o protestante. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1861).

Segundo as perspectivas gramscianas os intelectuais, que como vimos podem ser instituições, não são autônomos em relação à estrutura social vigente, mas ao contrário são resultados autênticos e diretos das relações sociais desenvolvidas historicamente, que conferem a esses agentes certa visibilidade tornando-os organizadores de um novo modelo de ação, cuja proposta se inscreve para alterar antigas relações de poder, apresentando outros encaminhamentos sociais, esse seria o “intelectual orgânico” apresentado nesta pesquisa através das ideias liberais maçônicas como também pelo projeto da empresa missionária protestante que ganhavam cada vez mais visibilidade na província do Grão-Pará nos oitocentos.

O contexto sócio-histórico-ideológico remodelava-se adaptando novos vetores de poder em curso na região que favoreceu projetos liberais maçônicos, como também os empreendimentos de protestantes missionários revelando uma crise de hegemonia em curso, este particular arranjo político-social-religioso que se amalgamava na província em meados do século XIX foi atravessado por inúmeros conflitos e disputas que não somente evidenciaram as marcações de poder, mas também o deslocaram, remanejando-o e organizando outras bases hegemônicas.

A nova configuração que se ampliava na Amazônia além de provocar fortes rupturas nas relações de poder, desintegrava de maneira gradual hegemonias consolidadas, possibilitando outros *modus vivendi* na região, os recortes narrativos oriundos de jornais apresentados neste artigo, nos subsidiarão para a constatação de uma nova topografia do poder desenhando-se na Amazônia via zona de contato instaurada entre maçons liberais, empreendimento missionário protestante e os ideais ultramontano de Dom Macedo Costa. O desdobramento do aporte conceitual acima apresentado nos auxiliará na investigação via discurso a compreender processos históricos acionados por disputas de poder na província, que além de enfraquecer o mando católico, possibilitou que protestantes missionários e maçons liberais acessasse o lócus de comando e encaminhassem suas demandas instrutivas.

Utilizaremos como procedimento investigativo a análise do discurso, pois todo enunciado manifesta a atmosfera de sentido que os fabricou, regulando-os e fornecendo elementos à sua concepção, porquanto, “uma das tarefas da linguagem é comunicar, e que ela se ampara em uma estrutura muito maior a do discurso, uma vez que este é um complexo processo da interação do sujeito à produção de sentido” (ORLANDI, 2007). Dessa maneira, considerando esse campo, o cruzamento documental articulado à crítica das fontes, crê-se, entender as fímbrias pelas quais católicos, protestantes e maçons se imiscuíam confeccionando novas fronteiras de poder através da crise de hegemonia católica.

O Grão-Pará no período apontado por esta pesquisa experimentará uma singular maquete ideológica que nos permite inferir por meio da análise do discurso que o poder religioso e político escapava ao controle católico, contribuindo com o esfacelamento de muitas relações coordenada pela

igreja ultramontana, as “incongruências” apontadas por Dom Macedo Costa nos jornais, mostram que não somente o sagrado como também o poder se volatilizava visitando outros lócus e abraçando outras propostas, que subsidiaram êxito para a inserção do protestantismo de missão na Amazônia e os projetos liberais progressistas desenvolvidos e propagandeados pela maçonaria.

Nossa hipótese aponta que os novos preceitos que se estruturaram na província do Grão-Pará nos oitocentos encaminhados pelas formas discursivas-ideológicas de maçons liberais e protestantes missionários foram verdadeiras rotas de colisão que fissuraram antigas demarcações de poder, configurando características de ataque-defesa ao discurso de Dom Macedo Costa na tentativa de reestruturar a realidade hegemônica de sua igreja fortemente ameaçada. Dessa forma nossa hipótese se apropria dos embates narrativos aqui apresentados via jornais para mostrar que a instabilidade no recinto do poder católico alinhava-se a uma crise de hegemonia que se desenvolvia na província, que viabilizou o projeto missionária protestante, como também possibilitou propostas maçônicas liberais, desgastando ainda mais a relação entre o trono e o altar encaminhadas pelos entes dessa análise.

Dom Macedo Costa constatou que a cidade de Belém se reestruturava aos moldes de uma suposta modernidade, cujos preceitos estavam ligados a noção de desenvolvimento encaminhados por premissas liberais, que entre seus muitos princípios valorizavam a percepção de progresso permitindo que maçons e missionários protestantes confeccionassem projetos em concorrência com o catolicismo local amparado pela constituição vigente². Os registros narrativos dos jornais apresentados mostram que o discurso se posicionou como um

² Constituição de 1824, art. 102, II.

adaptador hegemônico, na tentativa de garantir a seus agentes participação nas relações de poder.

A atração maçônica-liberal pelo protestantismo era encontrada também nas províncias do Pará e Bahia. Tanto numa quanto noutra, o missionário episcopal Richard Holden recebeu muita assistência do grupo de adoradores do “progresso”, que dirigiam a vista para o protestantismo como possível solução para vencer o atraso do Brasil. (VIEIRA, 1980, p.161)

De acordo com José Murilo de Carvalho em a “Construção da Ordem”, um esforço enorme foi efetivado por parte da elite brasileira na tentativa de implantar o sistema liberal na nação, marcando profundamente o cenário nacional, modificando a composição estrutural da sociedade e contribuindo para um longo e constante conflito não somente de ideias, mas, sobretudo, religioso, pois enfraquecia o domínio católico, (CARVALHO, 1996, p.116). O Estado brasileiro já na década de 1840 vivenciava o impacto da modernização, cuja ligação com o liberalismo descartava a igreja católica e buscava a constituição de um ente político próprio sem a chancela da religião oficial do Estado como afirmou (NEVES, 2015, p.196), o mesmo efeito ocorrerá na província do Grão-Pará em meados do século XIX via os agentes aqui apresentados.

No Grão-Pará os efeitos da modernidade via liberalismo fortaleciam-se e paulatinamente desgastaram a hegemonia católica, posicionando o bispo Dom Macedo Costa como um “intelectual tradicional”, inscrito para neutralizar os ideais liberais na província e garantir a hegemonia católica deteriorada na guerra de posição, termo este usado por Gramsci para evidenciar uma nova articulação de luta por hegemonia via ideologias, dessa forma o aporte conceitual gramsciano é imprescindível para esta análise, pois como veremos o bispo

ultramontano não conseguiu paralisar e evitar que novos fundamentos subsidiassem a província paraense permitindo assim que outros grupos acessarem o poder, como podemos inferir pelo trecho do jornal a seguir.

Estamos sinceramente convictos de que a liberdade política é uma condição essencial e indispensável das sociedades modernas; mas urge que nem a força do governo se torne em tyrannia, nem a liberdade do povo se torne em anarchia. Somos liberaes ao ponto de commungar os princípios democráticos que sustentam a monarchia; mas repugna-nos o liberalismo que pretende abalar o principio da autoridade civil e política, e o da autoridade religiosa e ecclesiastica [...] Toda a sociedade que não tem a sua norma na sociedade da igreja, inspirada por Deus e fortificada com a experiência dos séculos, não pôde ser uma sociedade perfeita. (A ESTRELA DO NORTE, 1863, fl. 01)

As novas relações econômicas, políticas e religiosas na região deliberadas pelo trânsito de ideias liberais conduzidas pela empresa missionaria, como também por parte da maçonaria diretamente confrontavam o poder operado pelo catolicismo local. O relato a seguir mostra as articulações políticas do missionário James Cooley Fletcher, que junto ao político alagoano Tavares Bastos defendeu a abertura do rio Amazônia as navegações internacionais, esse missionário que esteve no Grão-Pará contribuindo com outros missionários entre eles Richard Holden citado neste artigo nos auxiliam a compreender o aspecto empreendedor presente na missão evangelística nos oitocentos, que em muitos momentos confundia-se com o proselitismo exigido pela missão apresentando características de uma empresa inscrita na luta por hegemonia.

A conversa era o missionário do presente não hesita em tratar de “Bíblias”, “algodão”, “sinais vindouros”, “quinquinharias”, “folhetos e linhas de vapores”. Que o astuto Fletcher pode enrolar nos dedos a burocracia indefinida-

mente, e que os senadores e deputados acham impossível resistir ao seu falar blandicioso que os persuadiria a votar a favor da subvenção a uma linha de vapor para trazer presunto de madeira e aveia de pó de serra. (THE ANGLO BRAZILIAN TIMES, 1865)

Os confrontos que envolveram os entes dessa pesquisa esgaçaram-se através dos jornais e por meio deles podemos perceber zonas de contato se formando e se reordenando no Grão-Pará cujas demarcações e limites apontados mostram interesses conflitantes e inúmeras articulações gerenciadas como tentativa de alcançar o poder e subsidiar outros projetos. Nos apropriamos da noção de poder de (FOUCAULT, 1989), que advoga que poder não é um objeto natural, uma coisa, mas que sobretudo é uma prática social constituído historicamente e de trânsito constante, dessa forma torna-se possível a compreensão do jogo de poder que se desenvolveu na província paraense nos oitocentos.

Utilizaremos o conceito de zona de contato emprestado de Mary Louise Pratt (1999), não para analisarmos as relações e articulações de diálogos entre premissas coloniais e metropolitanas, nosso interesse ao utilizar o conceito, define-se por meio do esforço de percebermos antigas demarcações sendo alteradas através de interações propostas pela ala liberal-maçônica, como também pelo empreendimento missionário protestante em concorrência com o catolicismo ultramontano na província do Grão-Pará em meados do século XIX acionados pelo encontro de percepções característicos de zonas de contato.

Por meio dos discursos constituídos pelos entes em análise é possível percebermos delimitações sociais organizadas historicamente, funcionando como muros de proteção, sendo possível ainda visualizarmos alterações dessas fronteiras demarcadas pelo poder. Na Amazônia oitocentista as balizas histo-

ricamente constituídas pelo catolicismo serão compelidas por forças resultantes oriundas do protestantismo de missão e da ala liberal-maçônica apoiadas ainda pelas transformações econômicas, políticas e sociais em voga na região, fortalecidas por essas interações, pelas quais inúmeras querelas foram suscitadas.

Concluímos desta forma que os embates ideológicos desenvolvidos na província do Grão-Pará nos oitocentos encaminhados por jornais através de Dom Macedo Costa, maçons liberais e protestantes missionários podem ser utilizados como lente de análise na compreensão das alterações hegemônicas católica. Nossa proposta por se debruçar sobre o discurso utilizou majoritariamente as contribuições de Gramsci na intenção de apontar não somente a crise hegemônica, como também evidenciar os “intelectuais” que acionaram esse mecanismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial/ Teatro das sombras; a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada – Da Renascença ao Século das Luzes**. Vol 3. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 113-1158.

FIORIN, José Luiz. **Elementos do discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v. 2 *In*: **Os intelectuais**. O princípio

educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio Henriques e Marco A. Nogueira. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MAUÈS, Raimundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém, Cejup, 1995.

_____. Cristianismos Amazônicos e Liberdade religiosa: Uma abordagem histórico-antropológica. Trabalho apresentado na Oficina sobre Direitos Humanos, Liberdade Religiosa e Territorialidade, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). **Revista Antropolítica**. São Luis: n. 9, p. 77- 100, 2000.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do Oitocentos**. Belém: Editora da UFPA, 2015.

_____. Entre católicos e protestante, as religiosidades na Amazônia oitocentistas, 1850-1888. In: **Anais do II Simpósio Internacional da ABHR XV Simpósio Nacional Da ABHR**, 2016, Florianópolis. HISTÓRIA, GÊNERO E RELIGIÃO: VIOLÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS, 2016. v. 1. p. 1-23.

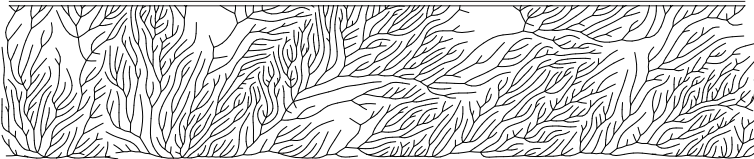
ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: Relatos de Viagem e Transculturização**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

SCHECHNER, Richard. 2006. “O que é performance?” , In: **Performance studies: an introduccion, second edition**. New York & London: Routledge, p. 28-51.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria, e a questão religiosa no Brasil**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1980.

POR UMA HISTÓRIA NATURAL DA CONTROVÉRSIA: OS ATORES CONTAM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS



Bruno Carlos Oliveira Neves

O SOCIAL NA HISTÓRIA SOCIAL

Em um artigo publicado originalmente em 1995, o historiador francês Bernard Lepetit faz, em seu título, a seguinte pergunta: *A história leva os atores a sério?* Uma primeira resposta sua para a questão está logo no parágrafo posterior à questão, na epígrafe do artigo, que sintetiza décadas de discussões sobre o “problema” da *História Social*. Na realidade, o problema do uso da palavra social em conjunto com a história.

Filha direta da *história-problema* proposta pelo movimento dos Annales, fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre, ela surge como resposta a uma historiografia vista como positivista, e contra o assim chamado “paradigma tradicional”, os mentores do movimento:

[...] propunham uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra “social”, enfatizada por Febvre, em *Combates por la historia* (CASTRO, 1997, p. 45).

Surgiu assim a História Social, carregando a marca da interdisciplinaridade, sempre buscando novos problemas, novos métodos e novas abordagens. Fazendo oposição à história dita como tradicional, ela aparece como uma espécie de síntese, e reafirma o princípio dos fundadores dos *Annales* dizendo que, na História, todos os níveis de abordagem estão inseridos no social e se interligam com ele. Albert Soboul, já fazia algumas advertências sobre seus “problemas” já em 1965, em um colóquio feito em Saint-Cloud:

A expressão durante tanto tempo usada de história econômica e social traduz contudo uma concepção estreita e mecanicista, hoje ultrapassada, da história social considerada como um simples apêndice da história econômica. De fato, os progressos por vezes espetaculares desta última, em que triunfa a medida, não foram seguidos de um progresso paralelo da história social, por falta de um método específico. No seu desenvolvimento histórico, a história social baseou-se em primeiro lugar na história da conjuntura, num segundo tempo ocupou-se essencialmente do estudo das estruturas sociais (SOBOUL, 1973, p. 28-29).

Esta *História Social*, totalmente inspirada e escrita pelos *Annales*, ganhou forma a partir de uma prática historiográfica que colocava os fenômenos coletivos como prioritários sobre os indivíduos e que teve, a partir da década de 1950, a sua maior controvérsia ao privilegiar a temporalidade

dade de longo prazo sobre os eventos. Dando para a longa duração o predomínio da forma de narrativa e escrita da explicação histórica, e criando assim, uma história estruturante e, ao mesmo tempo, imóvel.

Este é o mesmo problema apontado por Bernard Lepetit que, na primeira frase de início do seu artigo, diz o seguinte: *O ato e a ação por muito tempo foram preteridos em benefício das estruturas de longa duração* (LEPETIT, 2001, p. 227).

Tomando o *Social* como um conceito *dado*, sem se fazer nenhum questionamento sobre o seu uso, a história capitaneada pelos Annales se voltou para outros campos, a *história-problema* se ampliou e, nos anos 1970, ganhou a forma que conhecemos hoje como a *história das mentalidades*, e novos conteúdos foram introduzidos no campo histórico, apoiados pela antropologia histórica, pelos estudos de gênero, pelas críticas ao estruturalismo-marxista, pela introdução dos excluídos no discurso histórico, pela concepção foucaultiana de diluição do poder pelo tecido social e pelo conceito de resistência social, permitiram visualizar inusitadas dimensões na esfera do cultural e do político.

As obras de historiadores como E. P. Thompson, Jacques Le Goff, entre muitos outros, mostram um alargamento da compreensão do domínio do político, indicando que ele é o local onde se articulam o social e suas representações, e no qual a experiência coletiva se enraíza e ao mesmo tempo se reflete. Esse conceito historiográfico interdisciplinar, procura compreender em um mesmo ato de conhecimento a longa e a curta duração.

Nada de atores aqui, a pergunta de Lepetit segue com uma resposta negativa, mas na segunda parte da epígrafe de seu artigo, ele parece já ver uma mudança: *O eclipse do ator parece chegar ao fim. A sociedade é agora vista como produto da*

interação, como uma categoria da rede social. Assistimos a uma verdadeira reviravolta pragmática (LEPETIT, 2001, p. 227).

A REVIRAVOLTA (OU GUINADA) PRAGMÁTICA

No mesmo ano de publicação deste artigo de Bernard Lepetit, François Dosse, outro historiador francês, publica um livro chamado *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Conhecido no Brasil por seus escritos sobre biografia, Dosse tomou para si a tarefa de biografar as Ciências Humanas. Por mais que não fale sobre isso abertamente no livro, é perceptível a inserção do seu método biográfico no transcorrer da obra, erigindo uma *árvore genealógica* de cientistas e adentrando nas relações que as Ciências Humanas tiveram no último século com as áreas mais próximas, em especial as Ciências Exatas e a Filosofia.

Tendo como ponto principal a ideia de áreas do saber que se *complementam*, Dosse apresenta esta *complementação* como uma solução para a crise teórico-metodológica criada pela *história das mentalidades*, que *se contentava em transferir métodos em uso em um campo de investigação para outros em torno de uma noção deliberadamente fluida como a de mentalidade*. E fazendo referência a outra obra famosa sua, Dosse diz que este procedimento era a fonte de uma *história cada vez mais esmigalhada*.

Fazendo relações entre os estudos de outros historiadores, como Roger Chartier, Norbert Elias, Paul Ricoeur e Michel de Certeau e também do filósofo Michel Foucault, Dosse afirma que, tomando como base os escritos de Chartier, a *história sociocultural exclusivamente articulada nas classificações socioprofissionais viveu muito longamente numa concepção mutilada do Social* (DOSSE, 2018, p.19). Para mudar esta

concepção, Dosse propõe a criação de uma nova *história social* a partir de uma *saída* da história das mentalidades. A solução proposta é de uma *guinada pragmática*, com vias de humanização das ciências humanas, o subtítulo do livro, uma mudança de escala, uma nova concepção do social e a colocação do ator histórico no primeiro plano.

Antes de passarmos para a solução, convém pontuar aqui algumas considerações de mais um historiador francês, Antoine Prost, cuja obra chamada *Doze lições sobre a história* teve seu conteúdo formatado a partir de um curso realizado por ele na Sorbonne e que foi publicado em 1996. Nela, Prost também faz ponderações e questionamentos sobre a *história social*, assim como Lepetit e Dosse, e também traz considerações sobre o ator histórico, indicando que foi a partir dos trabalhos de Ernest Labrousse, e da criação de um *paradigma labroussiano* no que diz respeito às pesquisas históricas feitas a partir do segundo terço do século XX, que o indivíduo, o ator, foi descartado. Prost escreve que: *Nessa concepção, não há lugar para os processos históricos pelos quais os atores individuais, ou coletivos, suscitam uma tomada de consciência, a um só tempo fundada e enviesada, das realidades objetivas* (PROST, 1996, p. 203).

Também diz Prost que esta interpretação errônea do social deixa os historiadores *no reino do determinismo, e a liberdade dos atores é deixada nas margens destituídas de importância e de significação* (PROST, 1996, p. 205). Ao se empenhar em fazer análises de “forças ocultas”, a história social acabou por deixar pouco, ou quase nenhum, espaço para que os atores fossem livres para contar a sua própria história e dessa forma, suas intervenções eram insignificantes frente às instituições personalizadas e entidades sociais. Prost diz que *todo aquele que pretende fazer história é, na realidade, vítima de uma ilusão por ser impotente diante das forças profundas, aliás, elas é que de-*

cidem. O que acontece devia acontecer (PROST, 1996, p. 205). E Prost também faz referência ao livro de Dosse, *História em Migalhas*, ao usar como exemplo uma pequena passagem, escrita por Fernand Braudel, que nos mostra o pouco espaço dedicado ao atores históricos pelos historiadores da longa duração, dizia Braudel que, *assim, diante de um homem, sempre fui tentado a vê-lo confinado em um destino para a construção do qual ele pouco contribuiu* (PROST, 1996, p. 205).

Devido ao acidente que o vitimou em 1996, Bernard Lepetit não pôde mais avançar nas suas ponderações sobre os atores históricos. Foi Antoine Prost que na conclusão de seu livro, se baseando em escritos de Lepetit, apresentou novos caminhos aos historiadores para superar os problemas causados pela história social:

[...] utilizar outro procedimento para decifrar as sociedades, ao introduzir-se no emaranhado das relações e das tensões que as constituem, partindo de um ponto de entrada particular (um acontecimento obscuro ou capital, a narrativa de uma vida, uma *rede* de práticas específicas), e ao considerar que todas as práticas ou estruturas são produzidas, forçosamente, pelas representações, contraditórias e em conflito, pelas quais os indivíduos e os grupos conferem sentido ao seu mundo (PROST, 1996, p. 255).

Prost também propõe que uma nova postura seja adotada pelos historiadores, que eles sejam imparciais e *simétricos* ao...

[...] utilizar o mesmo peso para as duas partes, formular questões sem opiniões pré-concebidas e se limitar aos fatos. Assim deveria ser o procedimento do historiador para evitar as perspectivas unilaterais. O historiador tem a necessidade de levar em consideração a posição de todos os atores, mostrar honestidade intelectual, deixar de lado suas próprias opiniões e impedir a manifestação de suas paixões, para isso deve se esforçar em elucidar e superar suas implicâncias pessoais (PROST, 1996, p. 258).

Prost já deixa claro, na sua conclusão, que para que haja uma mudança na questão do social na história, ela passa pela recuperação dos atores históricos, por algo a mais do que já havia sido tentado pela *micro-história italiana* e também por uma mudança de procedimento dos historiadores, em vez de objetividade, ele propõe distanciamento e imparcialidade, comparando os novos procedimentos com o trabalho feito por um juiz na apreciação de um crime. Contudo, a proposta apresentada por François Dosse pode levar esses mesmos historiadores, e também a ressignificação do social, para muito além daquilo que os três franceses esperavam.

O ATOR E A REDE

François Dosse, logo na introdução de seu livro, é categórico em afirmar que este novo *paradigma interpretativo e pragmático* deve buscar novas relações com a filosofia e ampliar a dimensão filosófica do *social* é um imperativo, pois, segundo ele, é

[...] o único meio de preservar o pluralismo interpretativo, a pluralidade dos possíveis, dos mundos disponíveis. Ela torna possível a reabertura do espaço de investigação, evitando alternativas estéreis: liberdade/obrigação, indivíduo/sociedade, universalismo/relativismo, substancialismo/hermenêutica tantos pares que por muito tempo frequentaram e empobreceram o trabalho em ciências humanas (DOSSE, 2018, p. 19).

Dosse diz também que os trabalhos que irá apresentar, utilizam a filosofia para uma melhor compreensão do querer dos *atores* na própria ação, e dessa forma surge uma *nova aliança*, em forma de tríade, entre as ciências exatas, ciências humanas e a filosofia, em uma relação calma e pacífica, não mais baseada na *deportação de conceitos* e em uma interdisciplinaridade de caráter selvagem, formando uma comunidade

disciplinar, a transdisciplinaridade, um *pluralismo* em teorias para se revestir a “ciência tal qual se faz”, não mais importando *modelagens prontas* e sim levando em consideração tudo aquilo que os atores das ciências dizem sobre elas, e termina o historiador francês dizendo *que é sob essa condição que a interdisciplinaridade fundada na pesquisa do agir humano em todas as suas dimensões pode responder às interpelações urgentes de nossa sociedade* (DOSSE, 2018, p. 20).

Contudo, para que os enunciados problemáticos pudessem melhor transitar por entre a tríade era essencial que existisse um caminho único, e por isso ele nos apresenta a noção de *tradução*, que designam as articulações dos atores dentro da rede e que são sempre motivadas por interesses particulares de cada um dos atores.

Dosse começa a biografar a *galáxia de discípulos* do filósofo francês Michel Serres. Esta comunidade de pesquisadores é apresentada como um exemplo bem-sucedido do emprego da noção de tradução, com o objetivo de possibilitar adentrar cada vez mais no interesse pelos vínculos entre conteúdo científico e ambiente social. Dois desses discípulos de Serres, Michel Callon e Bruno Latour são apresentados por Dosse, em suas pequenas biografias, como *defensores de uma nova disciplina transversal: a antropologia das ciências*. Esta disciplina é mais conhecida hoje como *Actor-Network Theory (ANT)*, aqui traduzida como Teoria Ator-Rede, e que nos leva a novas perspectivas para compreender os sujeitos, seus grupos e redes.

É do encontro entre um engenheiro, Callon, e um filósofo, Latour, que nasce uma nova interpretação do social, partindo da subversão do *vínculo social* a partir de controvérsias geradas por novas técnicas, ou descobertas, científicas e que são o resultado de múltiplos efeitos de redes. Sendo esses os objetos de pesquisa, uma atenção especial é dada às crises,

aos embates, às discussões, e nelas o conteúdo e o contexto são estudados em combinação.

Para estes dois estudiosos, e outros que os seguiram, a forma como o “social” é trabalhado em textos científicos, principalmente pelos sociólogos, transmite a falsa ideia de que um dado fenômeno poderia ser explicado a partir de teorias e contextos trazidos pelo próprio pesquisador, não cabe ao pesquisador a compreensão do social sob categorias e definições já estabelecidas previamente. A ANT diz que a alta complexidade de um fenômeno social vai muito além da simples análise feita por pesquisadores; ele é a vivência do fenômeno que realmente o expressa e importa. Essa nova visão do social, a partir das controvérsias que se fundamentam no plano da prática dos atores, das redes, dos lugares e dos objetos científicos, permite aos pesquisadores que utilizam esta abordagem a superação de antigas dicotomias como o ator/sistema e o agente/estrutura.

A ANT baseia-se nos conceitos de tradução, rede e ator, e têm dois princípios norteadores, o princípio da imparcialidade e o princípio de simetria, os mesmos apresentados por Antoine Prost.

O *ator* é definido a partir do papel que desempenha, do quão ativo e repercussivo ele é, e de quanto efeito produz na sua rede, portanto, pode-se dizer que pessoas, animais, coisas, objetos e instituições podem ser um ator. O termo *actante* é utilizado como uma forma neutra de se referir aos atores.

Já a *rede* representa as interligações de conexões – os laços – onde os atores estão envolvidos. A rede pode seguir para qualquer lado ou direção e estabelecer conexões com quaisquer atores que mostrem alguma similaridade e possam ser aliados ou opositores.

A Teoria Ator-Rede fala sobre poder, mas como um efeito e não como um conjunto de causas. Seu escopo é lo-

cal, a rede está onde os seus atores estão. Ela começa com um “quadro limpo” e não já assumindo o que quer explicar. Não existe na ANT um sistema “macro” nem um sistema “micro” derivado, tudo o que existe é uma *interação*. Na ANT, a estrutura social não é um nome, mas sim um verbo, ela não é algo separado, independente ou oculto. Também não existe “uma ordem social” com um único “centro”, o que existem são ordens e resistências. Em essência a ANT é uma *análise da luta pelo ordenamento* e seu objeto de pesquisa é explorar e descrever processos, locais de interação social, ordenamento segundo padrões e resistências. Dessa forma, o ponto crítico da Teoria é o interesse por saber como os atores, e as organizações, mobilizam, justapõem e mantêm unidos todos os elementos que os constituem.

Esta teoria tem, como fundadores, pesquisadores de diversas disciplinas, juntamente com a engenharia e a filosofia, encontramos químicos, sociólogos, biólogos, matemáticos e historiadores, e Bruno Latour, mesmo sendo filósofo, escreveu livros e artigos voltados para a sociologia e a história. Em um desses artigos, *Pasteur et Pouchet: hétéro-genèse de l'histoire des sciences*, publicado em uma coletânea organizada, em 1989, por Michel Serres, *Eléments d'histoire des sciences*, ele apresenta a saída da *história das mentalidades* falada por François Dosse.

A HISTÓRIA NATURAL DA CONTROVÉRSIA

Esta metodologia dá total atenção ao discurso da ação dentro de uma controvérsia. O historiador deve “apenas” seguir os atores, levando em consideração os argumentos e as provas trazidas e *alistadas* por eles, não devendo reduzir, desqualificar ou opor aos atores uma interpretação trazida

de outro lugar e, a partir da mediação das relações na rede, ele deve descrever, explicar, compreender e avaliar tais ações sempre partindo dos atores.

Dessa forma temos o que podemos chamar de uma *história natural da controvérsia*, onde o *natural* é definido como: sem intervenção humana. *Contraponto ao milagroso e ao sobrenatural. Sem artificios, sem adição de algo que altere as características originais.* E a controvérsia é definida como: *opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ação de contestar algo; contestação. Discussão de ideias; divergência de opiniões; polêmica. Encontro violento entre opostos.*

Latour diz que algumas *condições* são necessárias para se estudar, pesquisar e descrever uma controvérsia: os oponentes devem ser claramente, e facilmente, identificados. Deve haver um local onde eles possam desenvolver os seus argumentos. Uma agenda comum definindo quais são os pontos de discussão. Uma série de testes e experimentos determinantes para a solução. Juízes imparciais que irão decidir quem “perdeu” e quem “ganhou”, e por último, uma “corte de apelação” com procedimentos também imparciais para encerrar a controvérsia.

E o item mais importante desta lista para Latour: historiadores “independentes”, que não se comprometam nem com o vencedor e nem com o perdedor, para encontrar as explicações para o início e o fim da controvérsia, explorando, estudando e compreendendo todas as polêmicas que surgem nos determinados grupos e também as suas movimentações e mediações.

Porém, o que existe de interessante aqui, para nós historiadores, não está no fim e nem no começo da controvérsia, mas sim no seu desenvolvimento, na alta complexidade de

apenas uma única controvérsia. Pois o que existe realmente de mais interessante na história natural da controvérsia é que os “objetos” que são o resultado do seu encerramento, na pesquisa do historiador, voltam ao seu início, ao momento da sua “descoberta”, antes de virarem uma “caixa-preta” e é neste momento quente da ação que eles recriam todos os agrupamentos sociais que estão comprometidos, interessados e fascinados pelo próprio objeto, e isso dá ao historiador a possibilidade de distinguir muitas maneiras diferentes de pensar todas as relações entre estes sujeitos e os objetos. Aqui encontramos a relação com a última parte da epígrafe escrita por Bernard Lepetit que diz: *A postura do historiador modifica-se quando ele considera, no processo histórico, um presente em andamento* (LEPETIT, 2001, p. 227).

Ver o passado como um *presente em andamento*, como algo que está acontecendo conforme avançamos nas fontes, sem fazer julgamentos, sem o importe de paradigmas, sem comparações com outros tempos e outros espaços e tendo consciência de que são os atores que vão contar as suas histórias, que eles vão julgar os outros atores. Não seremos nós a fazer isso, e que a tarefa de definir o *social* e ordená-lo é também deles, dos atores, mais ainda, a postura padrão do historiador, em termos de reflexão, é de estar sempre *um passo atrás dos atores*, tomando o que eles falam e fazem sempre como verdade, sem impor nenhuma interpretação importada ou nenhuma paixão sua, como disse Antoine Prost. Talvez seja esta a verdadeira maior dificuldade para o historiador e, além disso, ele terá como foco principal, ao fazer o seu trabalho de pesquisa nas fontes, descobrir o *ponto crítico da controvérsia*.

Latour diz que em nenhuma controvérsia existe uma lista finita de causas, na qual os oponentes, e os historiadores, podem escolher a melhor explicação para colocar um fim na

disputa. Ninguém entra em uma briga já sabendo que vai vencer e, quando o seu oponente parecer mais forte, todos irão duvidar da sua própria capacidade de superação. A dúvida é o ponto crítico, o historiador deve descobrir onde está a dúvida sobre o destino dos objetos, este é o ápice de uma controvérsia.

E aqui temos mais uma dificuldade para os historiadores, fazer uma reconstrução retrospectiva do passado tendo como base uma *caixa-preta*, um objeto fechado que não sabemos como se formou carregando apenas o nome do seu “criador”. Uma caixa preta nada mais é do que o resultado da interação de atores numa mesma rede: se a dúvida principal possui uma aplicação positiva, ela se tornou um fato concreto e a caixa se fecha, caso contrário ela é descartada.

Enquanto muitos louvam apenas a caixa, a maioria dos historiadores canta louvores ao “gênio” que a fez. E são muito poucos aqueles que possuem a coragem para questionarem sobre como ela foi feita, já que isso requer a abertura da caixa-preta e a retirada de todos os espíritos de dentro, onde o último não será a esperança, mas sim a dúvida.

É dessa forma que se inicia a história natural da controvérsia, ela não é uma história do objeto feito, mas sim uma história da sua construção, o estudo da controvérsia nos tira de uma “história do homem” e nos leva para uma “história dos híbridos”, apagando a linha que separa aquilo que tem “história” (as pessoas, sua religião, sua cultura, suas ferramentas e sua mentalidade) daquilo que “não tem” que são os objetos, as coisas.

A história como disciplina se permitiu, de maneira muito fácil, formar “especialistas” em estudos daquilo que possuem uma historicidade, seja ela curta, longa ou longuíssima: grandes batalhas, populações, preço de produtos e até mesmo ideias. Ela, entretanto, esqueceu de ensinar aos seus “especialistas” sobre como questionar a divisão sobre o que

tem e o que não tem história, questionar também, em termos filosóficos, o significado de social. Para suprir este problema, ela se apoderou de inúmeros conceitos, de outras disciplinas, sem questionar o seu uso nos textos e virou as costas para a filosofia da sua formação. Contentou-se em tratar, muitas vezes, apenas das circunstâncias contingentes, mas guardou consigo a temporalidade, o mundo, as numerações e as coisas.

Uma história natural da controvérsia faz com que o historiador tenha que retroceder, voltar ao início, não apenas da controvérsia, ele precisa desmontar também a caixa-preta do seu próprio campo de estudo e descobrir que, para além da curta, da longa e da longuíssima duração, existem inumeráveis tempos que não podem ser fechados por parênteses, assim como também são inúmeros os objetos, e é hora de contar a história deles, retirando-os da caixa de “história da ciência” e devolvendo a eles o seu lugar na História.

REFERÊNCIA

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DOSSE, F. **O Império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LATOURE, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

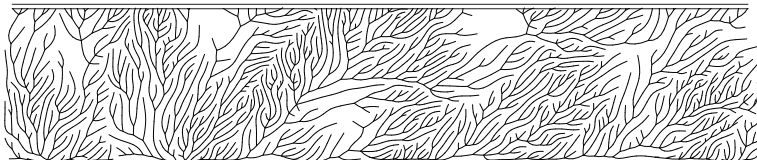
_____. Pasteur et Pouchet: hétérogenèse de l'histoire des sciences. In: **Michel Serres (sous la direction de) Éléments d'histoire des sciences**, Paris, Bordas p. 423-445, 1989.

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. Salgueiro, Heliana Angotti, org. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

PROST, A. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

SOBOUL, A. Descrição e medida social em História Social. *In:* GODINHO, V.M. (dir.) **A História Social:** problemas, fontes e métodos. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.

ENCONTRANDO PADRÕES: INDICAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O USO DA PALEOGRAFIA DIGITAL NO ESTUDO DE DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX



Daniel da Silva Miranda

INTRODUÇÃO

A digitalização de documentos e fontes históricas tem sido uma personagem habitual nas constantes ampliações do leque de técnicas disponíveis para a produção do conhecimento histórico. O advento da digitalização documental resultou positivamente na criação de bases de dados online para reunir os arquivos digitalizados, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional ou o Center for Research Libraries norte-americano, duas das diversas instituições digitais já incorporadas à vida de muitos pesquisadores e pesquisadoras brasileiras. Deste modo, não é exagero afirmar que a existência online de instituições como as mencionadas viabilizou a pesquisa em acervos documentais para pesquisadoras e pesquisadores do mundo inteiro, o que de maneira crescente, em muitos casos, tem diminuído a necessidade de ida do pesquisador até as instalações físicas dos arquivos para consultar acervos in loco.

No entanto, apesar das facilidades apresentadas, tal processo não está a salvo das suas próprias contradições, como os problemas regulares no mundo digital. Figuram entre os mais comuns os upgrades técnicos, que avançam e deixam para trás um rastro de obsolescências para tecnologias que se tornaram ultrapassadas; há também os problemas que resultam dos custos para manter o equipamento atualizado, que acaba por esbarrar nas limitações orçamentárias das instituições. Um verdadeiro castelo de cartas.

Neste sentido, a presente proposta pretende apresentar os resultados obtidos pela utilização da mesa digitalizadora *Wacom Intuos Draw White CTL-490*, substituída há pouco por esta pesquisa pela *Huion Inspiroy H950P*, como suportes para transcrição de caracteres encontrados em uma das correspondências do missionário Daniel Parish Kidder (1815-1891), documentos obtidos pela digitalização providenciada pela *General Commission on Archives and History of The United Methodist Church (USA)*.

O argumento aqui defendido é o de que a transcrição de caracteres e a criação de vetores digitais pela via exposta a seguir dispõem de um potencial pedagógico ao estimular no pesquisador uma emulação do processo de grafia original do sujeito histórico pesquisado. Deste modo, continua o argumento, seria criado por parte do pesquisador um arcabouço gráfico mental, um repertório mnemônico que se demonstra decisivo durante o processo paleográfico de decifração de caracteres, posto que a identificação destes padrões permite uma eficiente transcrição e tradução do documento sustentada na familiaridade com os caracteres, sobretudo em situações nas quais a qualidade visual do documento digital esteja comprometida.

A PROPÓSITO DE DANIEL PARISH KIDDER, SUA VIAGEM E SEUS ESCRITOS

O missionário norte-americano Daniel Parish Kidder, sua esposa Cynthia Russel, sua cunhada Marcella Russel e o também missionário Robert McMurdy embarcaram no paquete Avon, em 13 de novembro de 1837, tendo como destino a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Em 7 de janeiro de 1838 aportaram no Império brasileiro, após uma viagem conturbada pelas constantes maresias. O trajeto de Boston ao Brasil lhes obrigou passar 56 dias embarcados, nesse tempo suas atividades incluíram pregações à tripulação e aprender o português.

Em terras cariocas, os religiosos foram acolhidos na casa do reverendo Justin Spaulding, um outro metodista estadunidense que previamente havia se instalado com sua esposa na cidade do Rio de Janeiro, em 1836, no bairro da Glória. No que diz respeito às anotações de Kidder, estas dão conta de que no ano de 1838 as atividades da missão metodista no Brasil voltaram-se à realização de cultos em embarcações atracadas no porto da capital do Império, colportagem nas ruas cariocas e a realização de uma única viagem em visita a “aldeias” no interior da província do Rio de Janeiro, no período do Natal. As anotações feitas pelo viajante a respeito do ano de 1839 representam o início de uma transformação nos rumos da missão metodista.

Em janeiro de 1839, Kidder demonstrou – ou tinha a expectativa de fazer crer – que tinha alcançado um certo domínio da língua local, acompanhado do conhecimento necessário para seguir pelos caminhos do interior do Império. Em meados daquele mês ele rumou para a província de São Paulo, como ele próprio menciona ao publicar seu relato, sem o interesse de detalhar os pormenores que viabilizaram a jornada.

Em relação a seus escritos, antes de surgirem no primeiro volume de “Sketches of residence and travels in Brazil” (1845), algumas de suas notas relativas especificamente a tal viagem, já eram do conhecimento dos leitores do periódico metodista estadunidense “The ladies’ repository: a monthly periodical, devoted to literature, arts, and religion” nas páginas da edição de janeiro de 1843.

Após retornar de São Paulo ao Rio de Janeiro, Daniel Parish Kidder não tardou em seguir para uma nova viagem com destino as Províncias do litoral e do Norte do Império. Partindo do Rio de Janeiro, o missionário percorreu o litoral atlântico e realizou paradas em algumas capitais de províncias. Meses depois, Kidder aportou em Belém na companhia do Capitão Bartolomeu Hayden, nome importante do processo de supressão da rebelião Cabana no Pará (GALSKY, 2006; VALE, 1996, p. 29-30) e o primeiro a acolher as iniciativas evangelizadoras de Kidder na capital do Pará, concretizadas a bordo da nau Maranhense, comandada por Hayden.

Em sua passagem por Belém e região, na condição de missionário metodista a serviço da American Bible Society e da Igreja Metodista, Daniel P. Kidder redigiu uma quantidade razoável de escritos a respeito da capital do Pará e suas gentes. Tais escritos estão presentes no segundo volume de seu livro “Sketches of Residence in Brazil”, publicado em 1845, lançando simultaneamente nos Estados Unidos e Inglaterra, e que fora reproduzido na forma de pequenas traduções impressas por alguns jornais do Império. Tempos depois, a produção recebera uma edição completa para o português brasileiro, traduzida por Moacir Vasconcelos e publicado pela Editora do Senado Federal em 2001 e 2008 respectivamente, sob o título “Reminiscências de viagens e permanência no Brasil”.

Esta seria sua primeira obra sobre o Império brasileiro, e distinguiu-se em diversos aspectos da que fora produzida

em parceria com o também missionário James Fletcher, intitulada “Brazil and the brazilians” (1857), sobretudo porque a primeira é composta de escritos inéditos, enquanto a segunda põe em encontro os relatos da experiência de Fletcher e suas ilustrações em viagem pelo Brasil, com parte significativa do conteúdo publicado por Kidder em seus dois volumes predecessores.

Considerando-se outros pontos, a obra de Fletcher e Kidder se destaca por seu notável sucesso comercial, atingindo a oitava edição em pouco menos de uma década. Em relação a esta segunda obra, a primeira publicação de Kidder revela-se desprovida das imagens ilustrativas produzidas por Fletcher, articulados integralmente apenas na versão do Senado Federal do Brasil, sob o intuito de “ilustrar os eventos narrados”. Ainda tratando da primeira obra de Kidder, “Sketches of Residence in Brazil”, é importante ressaltar sua fórmula narrativa, que mobiliza comentários do autor produzidos de sua vivência nas cidades visitadas e arredores, acrescidos de considerações históricas reunidas sobre a formação da região, estruturas mantidas pelo organizador da obra no Brasil (KIDDER, 2001; KIDDER, 2008).

O produto primário das anotações feitas em viagem, foram reunidas por Kidder na forma de diários de viagem e como mencionado anteriormente, constituem fontes significativas para o entendimento de suas produções. Após o falecimento do reverendo D. P. Kidder, algumas de suas produções pessoais foram reunidas e analisadas por seu genro, o reverendo George Strobridge, resultando na produção de uma biografia póstuma do religioso metodista (STROBRIDGE, 1894). Tempos depois, por motivos que fogem ao escopo da presente pesquisa tanto os dados consultados pelo biógrafo quanto outros mais não mencionados pelo mesmo foram retirados de sua posse e convergiram às mãos de Stanley Kidder Wilson,

neto de Daniel Parish Kidder, filho de Evaline Elizabeth Kidder, cunhada de George Strobridge e filha do segundo casamento do missionário Kidder.

A cerca do desenrolar destes eventos, o que se pôde verificar é que em algum dado momento entre a passagem do século XIX e princípio do XX, o neto do reverendo Kidder doou o material para a biblioteca da Rutgers University e esta, tempos depois, decidiu remanejar o acervo para a salvaguarda da General Commission on Archives and History of The United Methodist Church (GCAH) no Estado de New York (ROGERS, 2012, p. 161), permanecendo com a mesma até o presente, reunidos sob o nome de coleção “The Kidder Papers/The Kidder Collection” (SIMPSON, 2004).

Tal coleção documental não havia recebido qualquer tratamento de digitalização até o ano de 2020. Em dezembro daquele ano eu realizei os primeiros contatos com a GCAH, tendo por objetivo convencê-los do potencial que esta pesquisa dispõe. Em seguida, comecei a sensibilizá-los a respeito da cooperação técnica que seria necessária para a concretização da iniciativa pretendida. Após uma longa sequência de e-mails enviados e recebidos, pedidos de aguardo e promessas de envio, a instituição me encaminhou os dois primeiros arquivos contendo 152 documentos digitalizados. No e-mail, a representante da comissão ressaltou que estes documentos digitalizados passaram por uma avaliação que observou as suas integridades e que, após uma seleção, foi permitida a digitalização dos 152 documentos considerados aptos para suportar o processo.

Aproveito para ressaltar o esforço estabelecido pela equipe do arquivo da GCAH. Me atendendo como um estrangeiro desconhecido e acolheram as minhas solicitações e, ao seu tempo, respeitando a integridade dos documentos, possibilitaram a um pesquisador brasileiro que reside na Amazônia, o acesso a documentos históricos que tratam sobre o seu país.

PASSO A PASSO.EXE

No começo do presente capítulo, eu mencionei obstáculos regulares no mundo da pesquisa histórica ao encontrar o universo digital, citando também que, pela experiência da presente pesquisa, posso afirmar que aqueles da qualidade de upgrades técnicos são os mais comuns, o que resulta nos que envolvem os custos para manter o equipamento atualizado, coisa que desemboca nas limitações orçamentárias das instituições e, por conseguinte, na limitação orçamentária dos próprios pesquisadores. Um verdadeiro castelo de cartas.

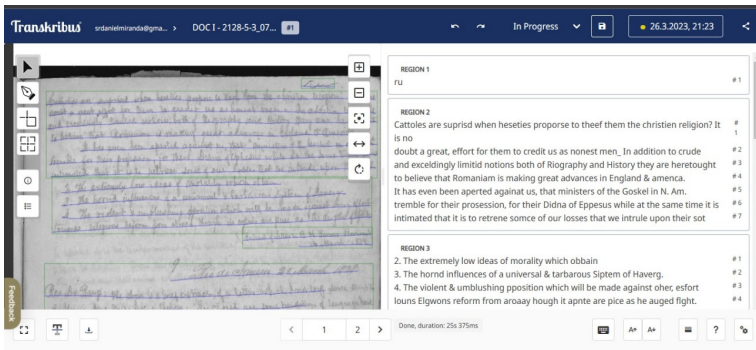
Este emaranhado de obstáculos restringe a capacidade de digitalização, bem como a capacidade de salvaguardar os arquivos online, uma vez que os melhores hardwares invariavelmente se encontram no topo das cifras monetárias e a hospedagem de dados também é outro oponente a ser enfrentado na arena das finanças. Não raro, os dois problemas mencionados se fundem e acabam potencializados de maneira negativa em razão do estado físico do próprio documento original, colocando a tarefa de digitalização em cheque. Estas são situações reais e a respeito das quais eu falo após ter encontrado de uma forma ou de outra com todos estes empecilhos durante o processo de produção da tese, que se encontra em curso e, como já mencionado, depende em grande medida dos arquivos salvaguardados por uma instituição estrangeira.

Diante deste quadro, expus meus desafios na transcrição e consultei alternativas que tornassem tal fardo mais leve. Este foi o tópico de um diálogo que tive com o Prof. Dr. David Ramírez Palácios, que no segundo semestre de 2022 ministrou a disciplina História Digital, ao lado do Prof. Dr. Décio de Alencar Guzmán, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Como primeira alternativa, o prof. David Palácios sugeriu o uso do Transkribus, uma pla-

taforma online disponível nas opções de software e web que se propõe ao reconhecimento de caracteres em documentos enviados para a sua nuvem.

No entanto, em que pese os resultados impressionantes, após a aplicação de todos os ajustes de linguagem e cronologia o uso do Transkribus não alcançou a qualidade de transcrição que eu esperava para estes documentos.

FIGURA 1 - Transkribus



Fonte: <https://readcoop.eu/transkribus/>

Concluí que as transcrições oferecidas pela plataforma focaram em caracteres e palavras que não apresentavam um grau significativo na dificuldade de identificação. Esta observação teve seu contraste aumentado quando em comparação aos resultados alcançados pela minha própria primeira leitura do documento. O que distinguiu um processo do outro foram determinados caracteres que eu consegui identificar e a plataforma não. Ou seja, ponto para os humanos. Em favor da máquina pesou o tempo que ela levou para ler uma página: 25 segundos e uma pequena porção de milésimos. Há uma versão paga da plataforma, contudo eu não pude acessá-la para comparar o desempenho em comparação com a versão gratuita.

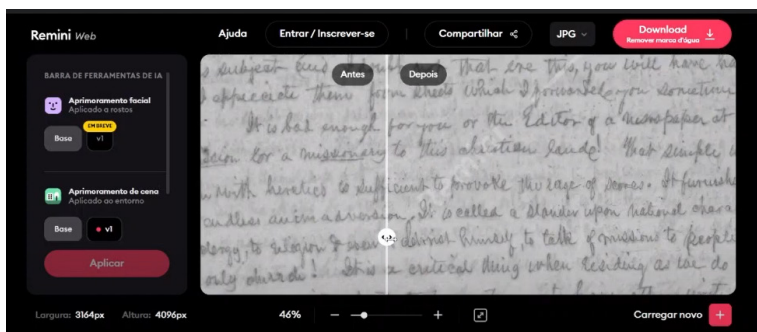
Permanecendo a questão busquei outras alternativas. Foi quando me voltei ao artigo que o prof. David Palácios havia indicado como leitura complementar para compreensão da área da paleografia digital, escrito por Antonio Ackel e Marcelo Módolo (ACKEL; MÓDOLO, 2020). Neste trabalho os autores exibem resultados e encorajam a utilização da mesa digitalizadora como mecanismo paleográfico digital, com o propósito de criar vetores gráficos dos caracteres encontrados nos documentos. Logo percebi que para realizar tal feito eu deveria converter o formato dos arquivos, encontrar caminhos que não representassem grandes investimentos financeiros e também, quem sabe, tentar melhorar a qualidade das imagens dos documentos que eu dispunha.

Conhecendo a qualidade de artista digital da colega Maria Rosa da Costa, mestranda em História Social no PPHIST/UFPA, a consultei a respeito de um possível empréstimo de sua mesa digitalizadora utilizada em suas produções artísticas. Diante de sua boa vontade habitual, na semana seguinte eu já estaria com a sua Wacom Intuos Draw White CTL-490, que me serviu para identificar os principais pontos que constituíam o meu desafio. O primeiro e menor deles foi o de selecionar, converter para imagem e tentar melhorar a qualidade visual do documento. O segundo desafio foi o mais importante: encontrar uma aplicação gratuita e que fosse compatível com esse periférico.

Nesse sentido, utilizando a plataforma SmallPDF, eu selecionei e desmembrei individualmente 10 páginas do arquivo com os documentos digitalizados de Kidder e as converti do formato PDF para uma versão em arquivos de imagens JPEG. Em seguida, após buscar por uma inteligência artificial para a restauração e aprimoramento da qualidade da imagem digital dos documentos, encontrei a aplicação Remini como alternativa para tal uso. As alternativas nesse campo são varia-

das. A quem se aventurar neste campo eu sugiro que mensure com precisão os resultados obtidos pela submissão de documentos manuscritos em tais plataformas, pois os resultados diferem em cada tentativa e seu uso me convenceu de que há aqui muitas possibilidades. Pois bem, após tal procedimento, as submeti ao Remini e o resultado foi positivo.

FIGURA 2 - Remini



Fonte: <https://remini.ai/>

Com essa imagem em mãos, restava seguir para a segunda etapa. Dada a popularidade do Canva, foi quase impossível ignorar sua presença nos resultados de busca por uma plataforma desse tipo. Para a minha sorte, recentemente o Canva incorporou em suas funções a possibilidade do desenho livre a partir de periféricos como a mesa digitalizadora. É fato que a funcionalidade ainda se encontra em sua versão Beta, carece de sensíveis ajustes e a ampliação do leque de pinéis oferecidos, contudo, com a mais recente atualização da plataforma foi possível perceber um empenho em melhorar esta funcionalidade. Por exemplo, o delay que havia e ainda há entre a operação de toque da caneta na superfície da mesa digitalizadora no mundo real e o movimento do ponteiro na tela do mundo virtual, diminui consideravelmente.

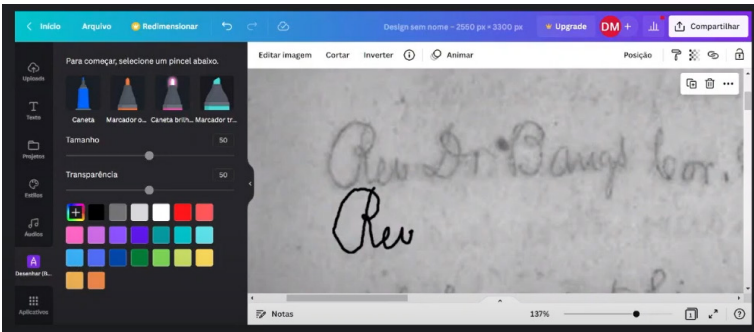
Após realizar ajustes manuais no Canva a fim de encontrar o pincel digital que melhor pudesse emular o lápis usado por Kidder, bem como pacientemente investir tempo para encontrar o volume do traço deixado por Kidder na folha de papel, iniciei a aventura de recriar e aprender por uma nova maneira com os escritos de Kidder.

FIGURA 3 - Canva



Fonte: <https://www.canva.com/>

FIGURA 4 - Comparação entre um trecho do escrito de Kidder e um vetor digital criado no Canva



Fonte: <https://www.canva.com/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento defendido por esse capítulo é o de que a transcrição de caracteres e a criação de vetores digitais pela forma que aqui foi narrada, dispõem de um potencial pedagógico de ensino-aprendizagem para o pesquisador, ao estimulá-lo a desenvolver uma emulação do processo de grafia original do sujeito histórico que por ele é pesquisado. A minha experiência com tal procedimento tem me permitido criar um arcabouço gráfico mental, um repertório mnemônico que se demonstra decisivo durante o processo paleográfico de decifração de caracteres dos escritos de Kidder, posto que a identificação destes padrões tem me permitido uma eficiente transcrição e tradução de seus documentos, sustentada na familiaridade com os caracteres de Kidder, sobretudo em situações nas quais a qualidade visual do documento digital está comprometida.

Não nego as impertinências que existem neste procedimento, como o tempo que deve ser aplicado para que se alcance um resultado satisfatório de familiaridade com a identificação de padrões gráficos em documentos manuscritos por um determinado indivíduo histórico. Todavia, ressalto tais singularidades com o propósito de convidar os demais pesquisadores a um aprimoramento desta técnica, ainda que isso perpassa pela sua contestação, desde que se ofereça melhor alternativa para tal propósito.

REFERÊNCIAS

ACKEL, Antonio; MÓDOLO, Marcelo. Leitura e escrita de manuscritos: pena e suporte digitais na prática paleográfica. *In: Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 233-245, jul./dez. 2020.

GALSKY, Nélio. **Mercenários ou libertários – As motivações para o engaja-**

mento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da Independência do Brasil. 138 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008.

ROGERS, Cynthia M. "The Child's Anti-Slavery Book" and Other Sunday School Books of the Methodist Episcopal Church, 1827-1880 *In: Methodist History*. vol 49, n. I. outubro 2010. p. 4-19

SIMPSON, Robert Drew. **Guide to the Daniel Parish Kidder papers.** 2004. Disponível em: <<http://catalog.gcah.org/publicdata/gcah2769.htm>> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

STROBRIDGE, George. **Biography of Rev. Daniel Parish Kidder – by his son-in-law.** New York: Hunt & Eaton. 1894.

VALE, Brian. **Independence or death:** British sailors and brazilian Independence (1822-1823). New York: Tauris Publishers, 1996.

SOBRE OS AUTORES



ADRIELLE CRISTINA MACIEL DE ARAUJO, graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: adriellemaciel77@gmail.com.

ANDERSON CLAYTON FONSECA TAVARES, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista CAPES, Mestre em Ciência da Religião (PPGCR) na Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Graduado em História pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).E-mail: anderson.tavares@ifch.ufpa.br.

BRUNO CARLOS OLIVEIRA NEVES, Mestrando em História Social da Amazônia - PPHIST-UFPA, bolsista CAPES, neves.b.c.o@gmail.com.

DANIEL DA SILVA MIRANDA, doutorando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa em Religiões e Religiosidades Pan-Amazônicas. E-mail: daniel.miranda@ifch.ufpa.com.

DANIEL MONTENEGRO LAPOLA, doutorando em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista CAPES, Mestre em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Graduado em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP). danielmontenegro78@gmail.com

RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA, doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Colaborador no diretório de pesquisa Cidade, aldeia & patrimônio na Amazônia. Email: ramiro.esdras.carneiro@gmail.com.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

